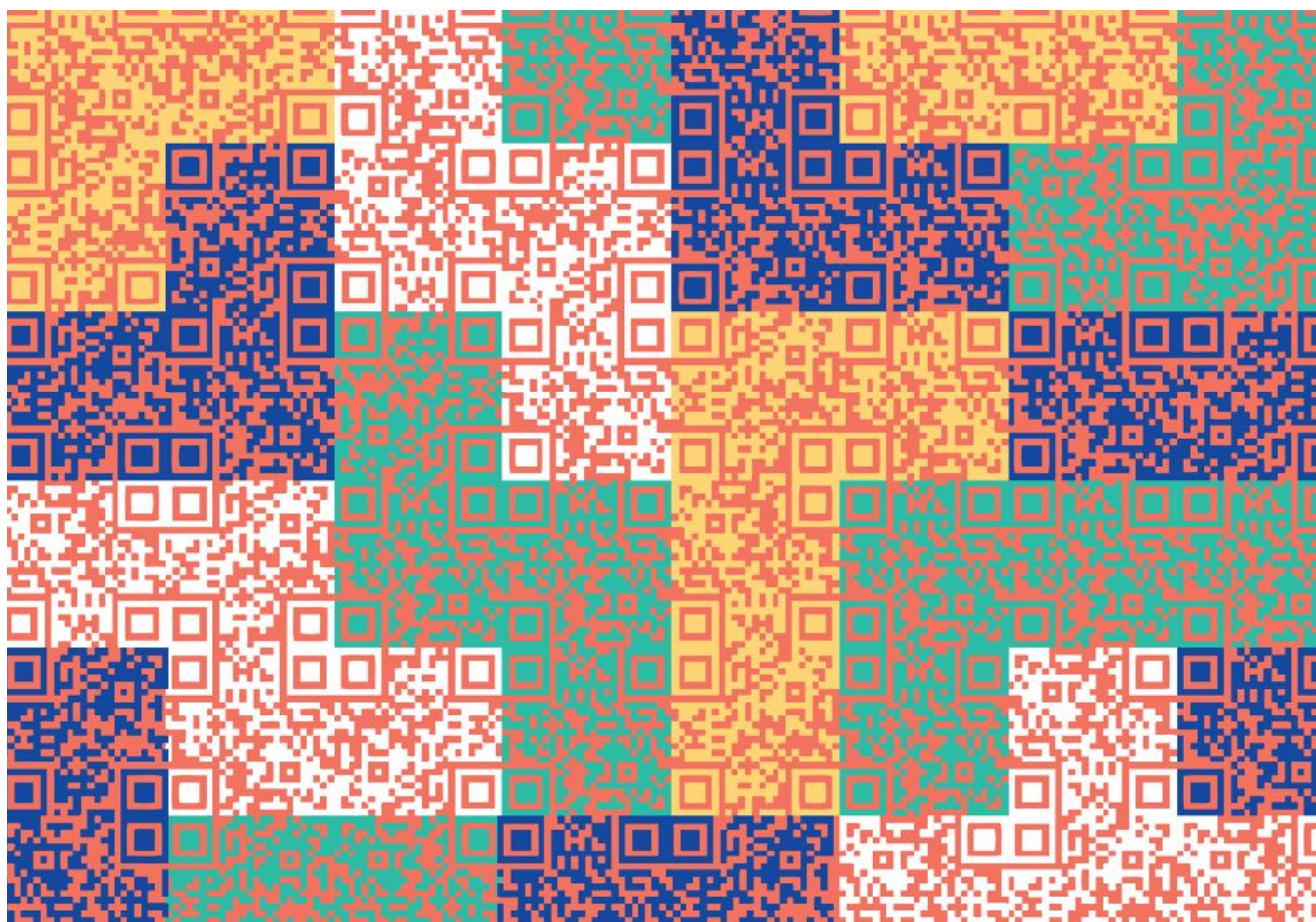


BOLETIM ICOM PORTUGAL

Série III Fevereiro 2018 N.º 11



Dia Internacional dos Museus 2018

Museus Hiperconectados

Novos Desafios e Perspectivas

ICOM international
council
of museums
Portugal

Índice

Editorial	3
Mensagem do Presidente	7
Breves	10
Em Foco	12
<i>Integrar para Hiperconectar: O Desafio do Uso da Tecnologia nas Instituições de Memória</i>	12
Perspectivas	17
<i>Tecnologias: um fim ou um meio? (I)</i>	17
Perspectivas	20
<i>Tecnologias: um fim ou um meio? (II)</i>	20
Entrevista	22
<i>com Alexandre Matos</i>	22
Conferências: comentários	37
<i>Relevância: Estamos a Fazer o Suficiente?</i>	37
<i>Lei-Quadro dos Museus e Descentralização: Que Caminhos?</i>	40
<i>O Valor das Coleções dos Museus</i>	43
<i>Que Museus e Comunidades no Séc. XXI?</i>	46
<i>Desafios Digitais para os Museus: Perfis Profissionais, Tarefas, Competências e Formação</i>	49
Museus & Pessoas	52
<i>Emília Ferreira</i>	52
Publicações	
Sugestões de leitura	60
Novas edições	61
Agenda	
Conferências, encontros, debates	65
Formação	69
Chamada para propostas	70

Editorial



Vivemos numa sociedade cada vez mais tecnológica e digital. Sendo uma tendência *mainstream* é expectável que traga impactos também para os museus. Importa, por isso, adaptar os museus a novas formas de comunicação contemporâneas, tirando partido das tecnologias e do mundo digital para uma maior partilha de conhecimentos sobre as colecções, e estabelecer mais ligações à sociedade. É também este o argumento que encontramos plasmado na escolha do tema do Dia Internacional de Museus para 2018 – *Museus Hiperconectados: Novas Abordagens, Novos públicos*.

Tendo em conta as possibilidades que o desenvolvimento das tecnologias e do mundo digital oferecem em termos de novas soluções e aplicações, estes aportes podem ter implicações em pelo menos duas dimensões. Por um lado, na forma como os museus se organizam internamente, visando processos de gestão mais eficientes e ágeis (ex. gestão de colecções e arquivos, mas também de processos de trabalho). E, por outro lado, no modo como os museus comunicam o conhecimento produzido sobre as suas colecções, oferecendo experiências significativas, seja em contexto físico, seja em ambiente digital. Responder a estes desafios é, portanto, uma questão que atravessa todas as áreas de actuação dos museus (gestão, comunicação, educação, exposição, gestão de colecções e envolvimento de públicos), desde o trabalho de bastidores à frente de casa.

De que modo os museus estão a responder aos desafios da integração das tecnologias e do mundo digital? Que desafios e perspectivas? Foi este o mote que nos levou a trazer diferentes olhares numa perspectiva dupla: que se centrassem não apenas no mapeamento de problemas ou desafios,

mas fizessem igualmente uma análise prospectiva do que pode ser feito, incluindo pistas e soluções concretas. Esse fio condutor está presente ao longo do boletim. Primeiramente, no artigo (*Em Foco*), através do contributo de Maria José de Almeida, que situa estas questões do ponto de vista dos sistemas de informação dos museus – e demais instituições de memória – e a sua desejável interoperabilidade. Como nos lembra a autora, «para hiperconectar os públicos com os museus temos que, a montante, hiperconectar também a informação que guardamos nos museus» (p. 13). Neste ponto, e de acordo com os dados apresentados quanto ao panorama museológico português perspectiva-se ainda um enorme caminho a percorrer.

Em *Perspectivas*, trazemos dois textos de opinião, de André Coelho, do lado do tecido empresarial que concebe soluções tecnológicas para o sector, e de Fábio Miguel Leite que integra a equipa do Museu do Benfica, um museu que incorpora várias soluções tecnológicas nas suas exposições. A escolha por esta ou aquela tecnologia que está em voga no mercado é, por vezes, tentadora. No entanto, o cerne da questão estará na definição de estratégias ajustadas às necessidades de cada museu (ex. missão, valores, orçamentos, etc.), tendo em conta, por outro lado, o equilíbrio entre as necessidades dos museus e a pressão do mercado; ou seja, são as tecnologias que devem estar ao serviço do museu e não o contrário. Vários outros tópicos são também perspectivados.

Finalmente, uma entrevista com Alexandre Matos, na qual se reflecte, de forma alargada, sobre muitos dos desafios que estão implícitos numa gestão equilibrada que vise integrar as tecnologias e o mundo digital nos museus.

Em *Museus & Pessoas* destacamos o perfil de Emília Ferreira, directora do Museu Nacional de Arte Contemporânea – Museu do Chiado desde 1 de Dezembro de 2017.

Como habitual, temos vários textos de comentário sobre conferências ligadas à actividade do ICOM, nacional e internacional. E ainda uma selecção de publicações, incluindo sugestões de leitura e novas edições no panorama nacional e internacional, assim como um leque diverso de eventos em agenda para os próximos meses.

O próximo boletim (Junho) será enquadrado nas propostas de reflexão lançadas pelo Ano Europeu do Património 2018. A celebração do Ano Europeu do Património é uma iniciativa inédita promovida pela Comissão Europeia que pretende promover «a reflexão e o debate sobre a actualidade e o futuro do património cultural, a sua importância vital para as pessoas e para as comunidades, e o seu valor no desenvolvimento social e económico equilibrado, contribuindo para o desenho de um futuro melhor para todos» (“[Ano Europeu](#)”, DGPC). Vários actores e organizações estão convidados a participar. Entre estes, os museus são parceiros fundamentais. Nesta perspectiva, esperamos que o boletim possa contribuir para a reflexão sobre estes temas e desafios.

Bem hajam!

Ana Carvalho

Colaboram neste número

Ana Carvalho

Alexandre Matos

André Coelho

Clara Frayão Camacho

Emília Ferreira

Fábio Miguel Leite

José Alberto Ribeiro

Maria de Jesus Monge

Maria José de Almeida

Mário Nuno Antas

Ficha Técnica

Boletim ICOM Portugal, Série III, N.º 11, Fevereiro 2018 | ISSN 2183-3613

Este boletim é uma edição da Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional de Museus (ICOM Portugal). Publica-se três vezes por ano (Fevereiro, Junho e Outubro). As opiniões expressas nos textos assinados são da inteira responsabilidade dos seus autores, não reflectindo necessariamente os pontos de vista do ICOM Portugal. O boletim adopta a antiga ortografia.

Editora: Ana Carvalho | Revisão: Dália Paulo

Projecto gráfico: Rui Belo | Imagem da capa: pormenor do poster do Dia Internacional dos Museus © ICOM

Créditos imagens: © CECA (p. 37), © NEMO (p. 43), © EU-LAC (p. 46), © Mu.SA (p. 49).

ICOM Portugal | Palácio Nacional da Ajuda – Museu, Ala sul – 2.º Andar, Largo da Ajuda, 1349-021 Lisboa | tel. 213637095 | info@icom-portugal.org | boletim.icom.pt@gmail.com | <http://www.icom-portugal.org> | <https://www.facebook.com/icomportugal>

Mensagem do Presidente



Iniciado o novo ano de 2018 partilhamos o balanço de algumas actividades levadas a cabo pelo ICOM Portugal, bem como as preocupações existentes no colectivo dos profissionais de museus portugueses.

É com satisfação que registamos que a nossa colega Elsa Rodrigues foi eleita presidente do DEMHIST (Comité Internacional do ICOM para Museus em Casas Históricas), durante a última assembleia-geral daquele comité, em Outubro de 2017. Elsa Rodrigues é responsável pelo Museu João de Deus, em Lisboa, e cumpriu dois mandatos como secretária-tesoureira do DEMHIST. O ICOM Portugal congratula-se por ter mais um membro português em destaque nos comités internacionais e relembra a importância da participação dos membros neste contexto.

No passado dia 27 de Outubro de 2017 reunimos no Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo, em Évora, para o Encontro de 2017 em torno do tema *Lei-Quadro dos Museus e Descentralização: Que Caminhos?* Neste Encontro de Outono o ICOM Portugal procurou reflectir sobre a Lei-Quadro dos Museus Portugueses, instrumento fundamental para a nossa actividade desde a sua publicação em 2004. O Encontro, para além da reflexão sobre a realidade da museologia portuguesa no contexto de uma anunciada alteração das formas de organização para uma dimensão regional e municipal, foi igualmente um momento para a apresentação e debate de casos práticos de novas realidades museológicas, designadamente o caso das redes de museus, que entretanto foram surgindo no panorama geográfico e temático. Assim, foi referido o processo participado e crítico de preparação e redacção da Lei-Quadro de 2004, o qual forneceu ao

tecido museológico nacional um instrumento de regulamentação equilibrado, embora nunca tenha sido cabalmente posto em prática. Um dos estudos apresentados foi no contexto da descentralização anunciada pelo Governo, com posições díspares de autarquias, de dimensão e características diferentes, sendo realçada a necessidade de reflexão e discussão sobre uma proposta que terá implicações profundas nos modelos de gestão museológica, com o consequente impacto nas equipas técnicas. A apresentação de trabalho produzido em rede pelos museus do Algarve e do Baixo Alentejo e pelos museus rurais do sul proporcionou o conhecimento de experiências com fórmulas diversas, concretizando-se em parcerias inspiradas no modelo de rede nacional, adaptado às especificidades regionais ou temáticas.

No próximo dia 5 de Março de 2018 realizam-se mais umas Jornadas de Primavera do ICOM Portugal (*Museus Hiperconectados: Novos Desafios e Perspectivas*), no Palácio Nacional da Ajuda. Em estreita ligação com o tema que é proposto para o Dia Internacional de Museus de 2018 (*Museus Hiperconectados: Novas Abordagens, Novos Públicos*), pretendemos, desta forma, contribuir para aprofundar a reflexão sobre esta realidade e proporcionar um debate alargado entre os profissionais dos museus portugueses. Neste sentido, discute-se como poderão os museus estimular e desenvolver novas, mais complexas e diversificadas conexões, numa perspectiva de pluralidade de ligações às comunidades locais e globais, no quadro das suas paisagens culturais e ambientes naturais. Graças não só às tecnologias mas também na aposta num maior incremento e proactividade no seu relacionamento humano, os museus podem alcançar muito mais que os seus públicos habituais e encontrar novos públicos. Para estas Jornadas da Primavera, contamos com a participação de um conjunto de colegas e profissionais de museus, que se têm vindo a destacar na realização de projectos museológicos e na integração em estruturas museológicas nacionais e europeias, os quais irão apresentar exemplos e ideias dentro desta tipologia e realidade temática. Por ocasião destas Jor-

nadas realiza-se também a assembleia-geral ordinária anual do ICOM Portugal. Neste sentido, apelamos à participação de todos neste momento, onde todos os membros são convidados a estar presentes e a participar neste órgão associativo.

Convidamos também todos os museus a juntarem-se à celebração de mais um Dia Internacional de Museus no próximo dia 18 de Maio, através da realização de actividades que aproximem os museus das colecções e dos públicos, explorando todas as relações com a suas comunidades, herança cultural e paisagem natural.

No balanço de 2017 registamos com agrado o aumento de visitantes nacionais e estrangeiros nos museus e voltamos a questionar quais as formas de investimento previstas para os museus como retorno do aumento de receitas de bilheteira. Cabe também perguntar acerca dos anunciados projectos de reorganização e descentralização, respectivo adiamento e consequente arrastar da indefinição quanto à política museológica nacional. Também a situação dos profissionais de museus se torna a cada ano mais preocupante com a ausência de novos técnicos nas equipas e a passagem à reforma de inúmeros profissionais.

José Alberto Ribeiro

Breves



Elsa Rodrigues eleita presidente do DEMHIST

A portuguesa Elsa Rodrigues foi eleita presidente do DEMHIST (Comité Internacional do ICOM para Museus em Casas Históricas) durante o encontro anual deste comité em Outubro último, em Londres. Membro do DEMHIST desde 2005, Elsa Rodrigues cumpriu dois mandatos como secretária-tesoureira no comité, e substituí agora John Barnes (Reino Unido) no cargo de presidente. Elsa Rodrigues é licenciada em História e é actualmente responsável pelo Museu João de Deus, em Lisboa.

Museus hiperconectados é o tema escolhido para o Dia Internacional de Museus 2018

O ICOM selecciona anualmente o tema do Dia Internacional de Museus, celebrado em Maio. Entre os assuntos que estão no centro das preocupações da sociedade, foi escolhido para 2018: *Museus Hiperconectados: Novas Abordagens, novos Públicos*. Convidam-se todos os museus portugueses a juntarem-se a esta celebração através da realização de actividades que aproximem as colecções dos públicos, explorando múltiplas conexões. No *website* do ICOM encontra mais informações sobre como explorar o tema: <http://network.icom.museum>

ICOM Portugal participa em workshop de arquitectura e técnicas museográficas

Entre os dias 29 e 31 de Janeiro decorreu, em Lisboa, o *Workshop Arquitectura e Técnicas Museográficas*, uma parceria entre o ICAMT (Comité Internacional do ICOM para a Arquitectura e Técnicas Museográficas) e a Universidade Lusófona. A iniciativa contou com o apoio do ICOM Portugal pela relevância do tema. Teve como objectivo analisar questões metodológicas, conceptuais e técnicas referentes ao papel da arquitectura na implementação de projetos museológicos, incidindo nas técnicas museográficas contemporâneas, no papel dos museus comunitários na sociedade do século XXI. O programa abrangeu um leque diverso de oradores internacionais e nacionais. Mais informações: <http://icamtlisboa2018.eu>



Junte-se ao Ano Europeu do Património Cultural 2018

Por iniciativa da Comissão Europeia celebra-se pela primeira vez o Ano Europeu do Património Cultural, enquadrado pelos objetivos da promoção da diversidade e do diálogo interculturais e da coesão social. Visando chamar a atenção para o papel do património no desenvolvimento social e económico e nas relações externas da União Europeia, e motivar os cidadãos para os valores comuns europeus. Esta é uma importante oportunidade para a realização de iniciativas em diferentes níveis – europeu, nacional, regional e local – no sentido de contribuir para uma maior visibilidade da cultura e do património, e para o reconhecimento da sua importância e do seu carácter transversal em todos os sectores da sociedade. Em Portugal, Guilherme d'Oliveira Martins é o coordenador nacional, desempenhando a Direção-Geral do Património Cultural um papel de promoção e de articulação. Mais informações: <http://anoeuropeu.patrimoniocultural.gov.pt>

Base de dados dos membros do ICOM Portugal em actualização

O ICOM Portugal está a proceder à revisão da base de dados dos membros pelo que pedimos a colaboração de todos através da actualização dos dados pessoais, muito particularmente os contactos telefónicos e de endereço electrónico. Esta actualização é da máxima importância, uma vez que permitirá melhorar a comunicação com os membros. Pode fazê-lo através do email: info@icom-portugal.org

Primeira reunião de trabalho de 2018 do European Museum Forum no Museu de Portimão

O Museu de Portimão foi o local escolhido pelo European Museum Forum (EMF) para a sua primeira reunião de trabalho em 2018. Aconteceu no dia 23 de Fevereiro. O EMF é a associação europeia responsável, desde 1977, pela organização do prémio Museu Europeu do Ano (EMYA) e do prémio Museu Conselho da Europa (CoE). A direcção desta associação é composta por nove membros de cinco países (Dinamarca, Reino Unido, Itália, Áustria e Portugal), sendo presidida por Jette Sandahl, e onde se incluiu José Gameiro (diretor científico do Museu de Portimão), na qualidade de presidente do júri do EMYA, desde 2015.

Em Foco

Integrar para Hiperconectar: O Desafio do Uso da Tecnologia nas Instituições de Memória



*Maria José de Almeida,
técnica superior na Direção-Geral do Livro,
dos Arquivos e das Bibliotecas*

Na celebração do Dia Internacional de Museus, o ICOM convida-nos este ano a reflectir e a partilhar experiências sob o lema *Museus Hiperconectados: Novas Abordagens, Novos Públicos*. A hiperconectividade parece estar a moldar a condição humana em aspectos essenciais da percepção da realidade, contribuindo para tornar cada vez mais ténue a distinção entre a condição virtual e a natural/artefactual, e também estará a desmontar a primazia da “entidade” em detrimento da valorização da “relação” (Floridi 2015). Os museus, como elementos integrantes e integradores das comunidades, não estão desalinhados desta tendência, mas importa perceber do que falamos quando falamos de “museus hiperconectados” em Portugal e quais são os desafios do uso da tecnologia em museus e demais instituições de memória.

O conceito de hiperconectividade, nascido no âmbito da análise sociológica de redes (Wellman 2001), é indissociável das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) que vieram ampliar e potenciar o alcance

das interacções sociais (Curvelo et al. 2014). O próprio texto de divulgação do tema do Dia Internacional de Museus é centrado na tecnologia, embora se chame a atenção que as novas conexões dos museus não são necessariamente dela dependentes.¹ No entanto, é cada vez mais através das TIC que os públicos procuram os museus e que deles querem usufruir. Na sua missão, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, é fundamental que os museus sejam capazes de dar respostas eficazes às solicitações dos públicos.

Para hiperconectar os públicos com os museus temos que, a montante, hiperconectar também a informação que guardamos nos museus e outras instituições de memória. Esta questão não é nova, sabemos que não se pode comunicar e expor sem conservar e investigar, e essas são acções intrinsecamente ligadas à gestão da informação. O que é novo e decorre do mundo hiperconectado em que os museus se inserem é o facto dos públicos procurarem a informação – e esperam encontrá-la – independentemente da entidade que a detenha e da materialidade que assumem as suas fontes (Hedstrom e King 2003). Dito de outra forma, um nativo digital espera encontrar informação sobre um tema concreto da forma mais imediata possível através de um único ponto de acesso. Essa informação pode ser proveniente de um documento material que está num museu (ou biblioteca, arquivo ou outra entidade), mas pode ter uma existência apenas virtual. Se a condição material e o caminho que a informação percorre são, na maior parte das vezes, indiferentes para o utilizador, o mesmo já não se pode dizer para as entidades responsáveis pela salvaguarda, interpretação e gestão da informação que constitui a base da nossa memória colectiva.

Para responder às expectativas do mundo hiperconectado (saber tudo sobre tudo a propósito de qualquer coisa), as instituições de memória têm necessariamente de integrar conteúdos e usar as TIC para fomentar

¹ <http://network.icom.museum/international-museum-day/imd-2017/the-theme/> (consultado Janeiro 29, 2018).

a interoperabilidade dos seus sistemas de informação. A tecnologia é uma ferramenta facilitadora desta integração e permite ampliar o leque de relações possíveis entre dados armazenados no universo hiperconectado dos museus e dos seus públicos. Do ponto de vista técnico, a interoperabilidade e a disponibilização de informação em plataformas integradoras de conteúdos é relativamente simples: não faltam soluções tecnológicas, normas e ontologias que permitem o sucesso deste propósito. Contudo, este é, antes de mais, um processo de mudança de mentalidade, já que as instituições de memória se encontram ainda muito condicionadas pela especialização de práticas e pela separação de conteúdos. Existe ainda alguma resistência a acompanhar a tendência de valorização da “relação” face à “entidade”, com as subsequentes fricções entre instituições (Passel e Rigole 2014).

No caso de Portugal, esta necessidade de mudança de paradigma nos museus encontra-se bem espelhado nos resultados revelados pelo *Diagnóstico aos Sistemas de Informação nos Museus Portugueses* (Santos, Serôdio e Ferreira 2017), promovido pelo Grupo de Trabalho Sistemas de Informação em Museus (GT-SIM) da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD). Cerca de dois terços dos museus inquiridos, num universo de 710 com 222 respostas válidas, integram espólios bibliográficos e/ou arquivísticos além do espólio museológico. No entanto, neste conjunto, em aproximadamente 74% dos casos admite-se que não existe interoperabilidade entre os sistemas de informação que suportam os diferentes acervos. A este dado não é certamente alheio o facto de apenas 17% dos museus terem todos os acervos com informação em suporte digital e 70% não utilizarem vocabulários controlados, que são essenciais no estabelecimento de pontos de acesso para recuperação e interoperabilidade de dados. Este panorama diz apenas respeito à situação de integração de conteúdos dentro de cada museu e só foram objecto de análise os conjuntos de objectos museológicos, bibliográficos e arquivísticos. Se tivesse sido alargada a base de inquirição a

outro tipo de conteúdos e à possibilidade de integração dos mesmos com os de outras instituições de memória, este quadro seria provavelmente ainda mais desolador.

Na era da hiperconectividade, a maioria dos museus portugueses tem presença na Internet, seja através de página própria (35,6%) ou na página da respectiva tutela (41%). A análise de conteúdos disponibilizados revela que a maioria diz respeito a informação institucional (história, serviços e funcionamento) com pouca representatividade de informação relativa às colecções (apenas em 21,8% dos casos). As redes sociais são utilizadas também por cerca de dois terços dos museus inquiridos, que usam o Facebook como canal preferencial de comunicação com os seus públicos (97,2%). Esta prevalência da utilização de redes sociais na presença dos museus no mundo digital deve, contudo, levantar um sinal de alerta. Como ferramenta de comunicação, as redes sociais podem ser muito eficazes, mas revelam debilidades na gestão e, sobretudo, na preservação da informação (Thomson e Beagrie 2016).

Por outro lado, a utilização das TIC quase exclusivamente ao serviço da comunicação e divulgação também deve ser objecto de reflexão. Por força da sua condição de guardiões da memória, museus, bibliotecas, arquivos e demais entidades têm a obrigação de fazer prevalecer os conteúdos sobre os meios, garantindo a possibilidade de serem reinterpretados e postos ao serviço das comunidades no futuro, antevendo que os interesses dessas comunidades muito provavelmente não se manterão iguais aos de qualquer “momento presente”. No momento em que vivemos, marcado pela hiperconectividade, o desafio parece ser a utilização das TIC para a integração de conteúdos, quebrando as barreiras tradicionais entre as distintas comunidades de prática. Apenas garantindo a salvaguarda dos bens culturais e a interoperabilidade da informação a estes associada podemos responder de uma forma eficaz às novas abordagens que os novos públicos procuram nas instituições de memória.

Referências

Curvelo, Paula, et al. 2014. *The Constitution of the Hybrid World: How ICT's are Transforming our Received Notions of Humanness*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

Floridi, Luciano, ed. 2015. *The Onlife Manifesto: Being Human in a Hyperconnected Era*. Cham: Springer International Publishing.

Hedstrom, Margaret, e John Leslie King. 2003. *On the LAM: Library, Archive, and Museum Collections in the Creation and Maintenance of Knowledge Communities*. [s.l.]: Organization for Economic Cooperation and Development (OECD).

Santos, Jorge, Conceição Serôdio, e Fernanda Ferreira. 2017. *Diagnóstico aos Sistemas de Informação nos Museus Portugueses: Relatório Final*. [s.l.]: Grupo de Trabalho Sistemas de Informação em Museus (GT-SIM) da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD).

Thomson, Sara Day, e Neil Beagrie. 2016. *Preserving Social Media*. [s.l.]: Digital Preservation Coalition.

Passel, Eva Van, e Jasper Rigole. 2014. "Fictional Institutions and Institutional Frictions: Creative Approaches to Open GLAMs." *Digital Creativity* 25 (3): 203–11.

Wellman, Barry. 2001. "Physical Place and Cyberplace: The Rise of Personalized Networking." *International Journal of Urban and Regional Research* 25 (2): 227–52.

Perspectivas

Tecnologias: um fim ou um meio? (I)



*André Coelho, coordenador geral
empresa Realizasom*

Vivemos hoje em dia rodeados de tecnologias. Para o bem e para o mal é uma constatação à qual não podemos fugir. Por outro lado, nas gerações mais novas, o acesso imediato e em suporte digital à informação é um hábito que tenderá a acelerar. Os museus não devem ficar de fora desta realidade sob pena de passarem a não corresponder às expectativas dos seus visitantes.

A evolução das soluções tecnológicas. O desenvolvimento tecnológico aliado à redução no preço de aquisição dos equipamentos, tornaram este tipo de recursos em ferramentas de interpretação com grande potencial. Os recursos tecnológicos permitem antecipar, apoiar e prolongar a visita física aos espaços museológicos, e poderão ainda ser uma importante ferramenta de divulgação. No entanto, a decisão de implementar novas soluções requer uma avaliação cuidada, não desviando a atenção do visitante para aquilo que é verdadeiramente único e original em cada museu. Por outro lado, a implementação de soluções versáteis deverá permitir a sua adaptação às desejáveis renovações das exposições, de forma a não ficarem excluídas e a poderem ser parte integrante de novas abordagens museográficas.

Com a necessária sensibilidade e planeamento, o envolvimento de equipas multidisciplinares e a sempre necessária gestão de projecto, é possível criar experiências de visita relevantes e adequadas a públicos com diferentes necessidades.

O conteúdo será sempre “rei”. Sabendo que os suportes tecnológicos estão em permanente evolução, continuamos a assistir a projectos que na inauguração nos apresentam “último grito da tecnologia”, mas que numa visita posterior já nos parecem obsoletos ou possam nem estar em funcionamento (dado os elevados encargos associados à sua manutenção/actualização). No entanto, se tiverem sido bem desenvolvidos, os conteúdos poderão ser sempre utilizados.

O deslumbramento tecnológico poderá levar à inversão desta ordem, colocando as tecnologias em primeiro plano em detrimento de um conteúdo original. O que deve ser verdadeiramente único e original são os conteúdos, e não determinada solução tecnológica que será única até ao momento em que é replicada em outro museu.

A definição de níveis de informação e a distribuição dos respectivos conteúdos pelos vários recursos disponíveis (desde tabelas, painéis gráficos, sistemas de audioguias e *websites*), é uma reflexão necessária para uma visão integrada das várias soluções a implementar.

Mas não nos deveremos apenas preocupar com a informação que pretendemos transmitir. Deverão ser implementados mecanismos para aferir se a informação foi bem recebida e se conseguimos estabelecer um verdadeiro “diálogo” com os visitantes. A tecnologia utilizada pode tornar-se uma ferramenta de gestão importante para conhecer melhor os visitantes e as dinâmicas de visita nos museus.

Soluções tecnológicas para todos. A acessibilidade é muito importante para não excluirmos determinados grupos que por diversas razões têm dificuldade em aceder à informação apresentada nos espaços de usufruto

cultural e turístico. Para além das pessoas com deficiência ou incapacidade sensorial ou cognitiva, deveremos ainda considerar como públicos com necessidades específicas as crianças (integradas nas visitas familiares), a população sénior (com a inevitável diminuição de habilidades motoras, sensoriais e cognitivas), as pessoas com baixa literacia ou baixo nível cultural (sem hábitos de consumo cultural ou com baixo nível de escolaridade) e os turistas estrangeiros (com a natural barreira linguística).

O envolvimento dos chamados “conselheiros de conceitos” (pessoas de referência nos segmentos de público com quem pretendemos comunicar e interagir), que verificam a adequabilidade dos conteúdos produzidos e das ferramentas tecnológicas desenvolvidas, é de crucial importância. Poderão ainda ter um papel importante na dinamização dos recursos disponibilizados junto de públicos-alvo.

Nas soluções tecnológicas disponibilizadas pelos museus, a curva de aprendizagem deve ser rápida para que o visitante não desperdice o tempo de visita que tem disponível. Ao contrário das tecnologias que utilizamos diariamente e que permitem uma curva de aprendizagem mais lenta, creio que os sistemas utilizados nos espaços museológicos devem ser intuitivos e de fácil utilização. Privilegiar tecnologias já testadas e utilizadas em múltiplos espaços, ou recorrer à utilização de metáforas gráficas no desenho das soluções, poderão ser um garante da satisfação dos visitantes.

Em jeito de conclusão, julgo que as tecnologias deverão ser sempre um meio e não o elemento principal. Deverão ser “transparentes”, não chamando a atenção para si próprias. Além disso, deverão ser utilizadas para promover a ligação entre o visitante, as colecções e os próprios espaços do museu. Se não for devidamente contextualizado, um fragmento poderá ser apenas uma “pedra” dentro de uma vitrina. Com o auxílio de ferramentas de interpretação, poderemos ficar a conhecer as verdadeiras histórias por detrás de cada objecto.

Perspectivas

Tecnologias: um fim ou um meio? (II)



Fábio Miguel Leite, coordenador do Serviço de Mediação e Educação do Museu do Benfica – Cosme Damião, Lisboa

Os museus são essenciais na sociedade moderna. São um fiel espelho social, elementos fundamentais na representação de identidades e espaços de reflexão indispensáveis à democracia.

A sociedade moderna é iminentemente tecnológica e nela têm assentado muitas das suas fundações. Este panorama cria desafios complexos às instituições culturais. De que forma as tecnologias nos podem deixar mais perto dos públicos? São as tecnologias essenciais a um museu moderno? Quando é que se tornam excessivas? Quais são os limites?

Aqui faço um manifesto: sou um crente nas tecnologias. Acredito que o mundo digital veio revolucionar a forma como podemos comunicar as nossas colecções e as histórias que queremos contar nos nossos museus. Podem ser um instrumento de dinamização de públicos muito relevante.

Trabalho num museu que foi construído de raiz sobre a vontade de ser um museu do futuro. Um espaço onde o digital é uma ferramenta para contar a história de um objecto; onde as tecnologias têm um lugar de complemento – e só assim se cumpre na totalidade.

Vejo todos os dias a forma como a introdução de tecnologias, em contexto expositivo, podem catapultar histórias que se perderiam no meio de outras, mas, sobretudo, como são essenciais para uma experiência sensorial que tem as emoções como foco.

Sabemos que aquilo que nos emociona é mais memorável. E as tecnologias podem ter esse contributo: fazer de um museu e da sua exposição algo inesquecível. Não é a memória a mais poderosa ferramenta de *marketing*?

Já o disse: sou um crente nas tecnologias. Actualmente, não as acho essenciais a um bom museu. Considero-as mais como um caminho natural do que como uma obrigatoriedade – são ferramentas que podem ajudar os visitantes a compreender melhor a exposição. Mas têm perigos: quando se tornam excessivas e causam ruído sensorial, quando não têm a capacidade de servir todos os visitantes, ou quando acreditamos que torna a mediação humana dispensável. As tecnologias são falíveis e podem também ser um instrumento de desumanização incontrolável.

Quando bem usadas, revolucionam o espaço físico – porque permitem que este se apresente diferente consoante o público que nele interage. São, também, um instrumento de acessibilidade e podem ser muito importantes no desenvolvimento de projectos educativos pró-activos e modernos.

Acredito que o digital será uma das revoluções mais duradouras da nossa civilização. Os museus não podem estar fora desta revolução. Não podem ficar para trás. Os visitantes exigem que as suas experiências digitais não cessem ao entrar no museu. E vai chegar o dia em que as tecnologias serão definidoras. O dia em que um museu só se cumpre museu se as tiver como aliadas. Esse será o seu triunfo.

Entrevista

com Alexandre Matos



Alexandre Matos é especialista na área da documentação de colecções. Doutorou-se em Museologia com a tese *SPECTRUM: Uma Norma de Gestão de Colecções Para os Museus Portugueses* (2012). Na empresa Sistemas do Futuro coordena o departamento de formação e investigação, e é professor afiliado na Universidade do Porto. Faz parte da direcção do CIDOC (Comité Internacional do ICOM para a Documentação). A entrevista toma como fio condutor os desafios da aplicação das tecnologias e do mundo digital nos museus.

Ana Carvalho (AC) – Vivemos numa sociedade cada vez mais tecnológica e digital. Como é que observas a relação dos museus com as novas tecnologias? Que diagnóstico podes traçar?

Alexandre Matos (AM) – Vivemos numa época de transformação em diversos sentidos, com impactos ainda pouco estudados, em diferentes áreas. E, como reflexo, sentimos essa transformação nos museus enquanto instituições. Na relação dos museus com as tecnologias (já não as chamaria de novas) consigo ver um lado extremamente positivo e um lado também muito negativo que é o da exclusão e da impreparação das instituições para esta realidade.

Pela positiva verifico com agrado a quantidade impressionante de bons projectos que aliam o que melhor existe nos museus com as tecnologias mais recentes, colocando à disposição dos públicos uma quantidade enorme de recursos para fins educativos, de investigação, de entreteni-

mento, entre outros. Há alguns casos que poderia apontar como exemplo, mas acho que todos estão um pouco atrás do que já é disponibilizado pelo Cooper Hewitt, em Nova Iorque. Bem sei que é um museu da Smithsonian e tem recursos para o fazer. Mas se consultarem o [website](#) do museu, explorarem as colecções ou se o visitarem, e acederem à nova experiência desenhada pela equipa do museu – integrando as tecnologias sem as tornar o foco da visita, mantendo em primeiro lugar as colecções – perceberão que poucos museus nos dão a informação tão bem tratada e organizada.

Pela negativa destaco, antes de mais, a falta de estratégia para o universo digital. É comum ouvirmos que as tecnologias são algo que, mais cedo ou mais tarde, têm que ser tidas em conta nos diversos sectores dos museus. Mas avaliando o caso dos museus em Portugal, que conheço melhor, são poucos os que definem uma estratégia para a área digital, e depois agem de acordo com o que planeiam a curto ou médio prazo. Não quero com isto dizer que as tecnologias sejam um fim, antes pelo contrário, são um instrumento para cumprir a missão dos museus, mas sem estratégia definida andamos constantemente a navegar à vista, sem objectivos claros, sem propósito.

Um outro aspecto negativo, que não tem directamente relação com as tecnologias, mas está a montante, é o que observo sobre a falta de formação existente na área da cultura digital de grande parte dos profissionais de museus e do escasso tratamento que o digital tem nos cursos de formação na área. Esta falta de formação, combinada com os escassos recursos humanos nos museus, nomeadamente os municipais, é a tempestade perfeita para desperdiçarmos a oportunidade para utilizar as tecnologias em benefício dos museus, das colecções e, acima de tudo, dos visitantes.

AC – Tem havido algum investimento na gestão de colecções, nomeadamente a criação de catálogos digitais. Como tem sido esta evolução e que passos são necessários dar ainda?

AM – O investimento em gestão de colecções que tem existido ao longo das últimas décadas é, na minha opinião, manifestamente escasso para as necessidades que existem nesta área. A determinada altura, durante o período do anterior quadro de financiamento europeu e no âmbito do POC (Programa Operacional da Cultura), tivemos um conjunto de iniciativas nesta área com resultados significativos. Está, aliás, por fazer um estudo mais aprofundado sobre o impacto do POC nesta matéria e noutras. No entanto, segundo o que observamos nos dados mais recentes sobre a digitalização do património cultural e o que vou constatando nos diversos museus que visito a nível profissional, há um enorme “oceano” de objectos, de colecções, que estão nas sombras, sem registos acessíveis, sem estudo, sem informação básica recolhida, porque a maioria dos museus mantém as portas abertas com um esforço sobre-humano e não tem a capacidade de manter uma equipa dedicada ao registo, estudo, catalogação e divulgação das colecções. É este, provavelmente, o maior entrave face às potencialidades que as tecnologias permitem actualmente. Mas poderia elencar outros factores de bloqueio, como a ausência da normalização dos conteúdos, o desconhecimento das normas, a preocupação constante com ferramentas em vez de uma preocupação em solidificar conceitos a médio e longo prazo, a ausência de planificação, já para não falar da estratégia ou da partilha de recursos e resultados.

Se nos centrarmos nos catálogos digitais existentes, veremos que reflectem um esforço dos museus num determinado momento. Mas quantos desses catálogos têm tido actualizações de conteúdos e de tecnologia? Há, para além do exemplo que citei na anterior questão, inúmeras soluções tecnológicas interessantes, com custos de implementação não muito ele-

vados, mas a sensação que tenho é que as tutelas (uma parte delas pelo menos) pensam na publicação de um catálogo digital da mesma forma que pensavam num em papel. Ou seja, publica-se num *website* e está resolvido o problema – e já somos digitais! A publicação de um instrumento desta natureza implica um compromisso com os públicos *online* dos museus que deve ser entendido pelos que têm a responsabilidade de gerir os museus.

Julgo que um dos primeiros passos a dar sobre os catálogos digitais seria fazer um estudo mais profundo sobre o ponto de situação actual em Portugal, incluindo a participação dos museus portugueses na Europeia ou em projectos como a Wikipedia ou a Wikimedia, por exemplo. Seria interessante recolher essa informação e propor passos a seguir com base em informação mais sólida.

AC – Existem vários projectos a decorrer em museus nacionais portugueses, nomeadamente com o Google Art. Que desafios estão implícitos e qual pode ser o impacto destes projectos?

AM – O Google Art, ao contrário do que acontece com a Europeia, é um serviço prestado pela Google que tem méritos e benefícios para os museus e colecções em termos de visibilidade, no entanto, julgo que os museus deverão percorrer o seu caminho preparando-se previamente para este tipo de parcerias e definindo por si próprios as plataformas onde pretendem estar. Para dar um exemplo, que nos foi mostrado por Merete Sanderhoff (Danish National Gallery) na última [conferência anual](#) da Acesso Cultura, há imagens de objectos das colecções nacionais disponíveis com marca de água nos catálogos digitais dos museus da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) que estão disponíveis em alta resolução e sem qualquer restrição no Google Art. Não parece um contra-senso? Em todo o caso, soubemos também na mesma altura, pela

voz de David Santos que essa situação estava identificada e seria em breve modificada. Sabendo que a relação com marcas de grande impacto como a Google, a Microsoft ou a Apple é sempre tentadora (e pode ser muito proveitosa se bem pensada pelos museus), julgo que os museus, nomeadamente os nacionais, terão que pensar previamente a sua relação com o mundo digital.

Se pensarmos em casos de sucesso a nível internacional, sabemos que isso não acontece do dia para a noite! Não acordamos a pensar que seria bom ter uma digitalização de todas as colecções dos museus portugueses e no dia seguinte acordamos com tudo digitalizado e publicado na Internet. Desde o momento em que se define uma política de colecções que contemple uma estratégia digital e um plano de documentação, e digitalização, até ao momento da sua concretização podem decorrer anos, aliás, decorrem vários anos. Num trabalho que não é visível e é extenuante em termos de recursos humanos, técnicos e financeiros e que não tem, maioritariamente o suporte institucional que merece. Recomendo a leitura do artigo de David Santos «O Museu Inimaginado. Mediação e Colecções Online: o Caso do Rijksmuseum»² (2016) ou, de forma mais aprofundada, o caso de estudo «[Democratising the Rijksmuseum](#)» de Joris Pekel da Europeana Foundation. Aí temos a noção do trabalho efectuado durante o período em que este museu esteve fechado para poder agora apresentar estes resultados no seu catálogo digital.

Respondendo de forma mais directa à parte final da pergunta, diria que os maiores desafios, são pensar onde queremos estar daqui a 10 ou 20 anos e definir uma política de colecções e uma estratégia digital que nos possam levar a esse ponto.

² Santos, David. 2016. «O Museu Inimaginado. Mediação e Colecções Online – o Caso do Rijksmuseum.» *RP – Revista Património* 4: 51-55.

AC – Os museus, assim como outras organizações de serviço público, terão de se actualizar para melhor responder a cidadãos mais proficientes no mundo digital, em termos da adequação de meios (tecnológicos, humanos e financeiros). No caso da política museológica nacional, até que ponto estão incorporadas estas preocupações?

AM – Respondo de forma provocatória: a que política museológica nacional te referes? Onde é que ela está nos últimos tempos? Eu sou da geração de profissionais de museus que começou a trabalhar nos anos 1990, ainda esta área digital era uma miragem em Portugal, mas que viveu com entusiasmo a criação de instrumentos como a Rede Portuguesa de Museus (RPM) e a aprovação de uma Lei-Quadro de Museus Portugueses (2004) que, em muitos pontos, foi inovadora. Vivi a criação do Instituto Português de Museus e confesso que na altura imaginei que teríamos os instrumentos, do ponto de vista formal, para colocar os museus no lugar onde deviam estar – como lugares de referência para o debate, educação e inovação. Mas, ao contrário do que pensava na altura, hoje temos uma DGPC que cuida de uma diversidade enorme de assuntos com menos meios, uma RPM que é um departamento dessa Direcção-Geral, numa visão absolutamente centralizadora sobre os museus e a museologia nacional, e uma Lei-Quadro que é muito facilmente esquecida pelo poder político (às diversas escalas) que faz o que bem entende no que diz respeito à criação ou apoio a museus das mais variadas tutelas. Se voltámos atrás em todas estas matérias, como podemos pensar o futuro e a integração de recursos tecnológicos, humanos e financeiros que possam lidar com as expectativas dos nossos públicos relativamente ao que é digital? É complicado. Ainda mantemos, em grande medida, os mesmos programas de formação na oferta da RPM, por exemplo. Os profissionais de museus são confrontados com estes desafios, mas não têm os instrumentos que os ajudem a enfrentar as novas questões e áreas.

Eu espero que a breve trecho haja uma tomada de consciência relativamente à política museológica nacional e que o governo, as diferentes tutelas e os diversos responsáveis do sector se sintam pressionados a dar atenção aos problemas que sentimos desde que se instalou este “esquecimento”! Também sei que o ICOM Portugal tem tomado posição e alertado para algumas situações que mencionei, mas julgo que nos cabe a todos, enquanto profissionais, ou melhor, enquanto cidadãos, pensar o que pretendemos para os museus e agir em conformidade, exigindo aos responsáveis políticos os recursos necessários para um desenvolvimento sustentável e consolidado dos museus portugueses.

Se consolidarmos estes recursos será mais simples pensar, em termos nacionais, em incorporar na política museológica nacional os instrumentos que permitirão aos museus dar uma resposta cabal aos desafios do mundo digital. Seria mais simples, por exemplo, pensar numa efectiva partilha de recursos técnicos e humanos pelos museus que integram a RPM para a digitalização das colecções, seria mais fácil desenhar programas de formação informados sobre os objectivos definidos, permitiria o desenho de projectos com um portal de pesquisa global para as colecções, arquivos e bibliotecas de museus, entre outros exemplos. No entanto, julgo que teremos que esperar mais algum tempo para merecer a atenção de quem decide!

AC – Para além da limitação de recursos que outros desafios enfrentam os museus portugueses na aplicação das tecnologias?

AM – Eu identifico à partida dois grandes desafios que estão interconectados: a análise das tendências e da obsolescência tecnológicas. Uma e outras estão interligadas e são muito importantes na análise que os especialistas precisam de fazer antes de adoptar determinada tecnologia. Vou tentar explicar com exemplos mais práticos. Imaginemos que optamos

por incluir, em determinada exposição, uma mesa digital que nos permite, através de um *software* específico, interagir com determinados conteúdos relacionados com uma exposição. Este *hardware*, e muitas vezes o *software*, tem um período de vida curto, fruto das constantes actualizações dos sistemas operativos que os suportam, ou da inexistência de peças compatíveis para substituir alguma usada, entre outras situações. O *software* também necessita de actualizações e de correcções ao longo dos anos. Um e outro podem ter custos de operação elevados e uma manutenção tão específica que se torna incomportável para os museus em Portugal (imagino que muitos já terão visto exposições em que este tipo de *hardware* estava desligado, não?). No entanto, não vejo a preocupação com este tipo de situações reflectida em muitos dos cadernos de encargos que vou consultando.

Aliás, como a tecnologia é ubíqua, estes desafios das tendências e da obsolescência tecnológica aplicam-se a qualquer área relevante para o trabalho nos museus. Na documentação, por exemplo, sendo a área que mais domino, percebemos há muitos anos atrás que a melhor forma de combater o entusiasmo por uma nova tendência ou o perigo de falência de um sistema de informação por estar completamente ultrapassado, é através da “arma” da normalização. Ou seja, normalizamos processos, estruturas de informação, procedimentos, terminologia, recursos técnicos, etc., tendo em mente que dessa forma podemos mudar para um novo sistema de informação, substituindo um que se tornará obsoleto a breve prazo, sem correr um risco demasiado elevado.

Julgo que o mesmo poderá acontecer, certamente com outras “armas”, nas áreas da conservação, educação e divulgação nos museus. As ferramentas que utilizam devem considerar o carácter permanente deste tipo de organizações, sem deixar de considerar que os museus são, ou devem ser, lugares de discussão permanente com uma função social cada vez mais relevante, que criam produtos (visitas, exposições, metodologias de

conservação, entre outros) que não devem ficar reféns de determinada tecnologia.

A partir daqui poderíamos falar em LOD ([Linked Open Data](#)) ou acesso aberto, por exemplo, como outros desafios importantes que os museus têm pela frente. Mas isso daria um dia inteiro de conversa...

AC – Meio físico *vs* meio digital? Parte-se do princípio que um não exclui o outro... Como se alcança esse equilíbrio?

AM – Alcança-se o equilíbrio sem perder muito tempo com a discussão sobre uma suposta aniquilação do primeiro pelo segundo que é, desde os primeiros temores sobre os museus virtuais, completamente vazia. Por muito que os desenvolvimentos tecnológicos possam alterar a nossa vida de forma significativa, como o têm feito nas últimas décadas, não me parece que os museus vejam o seu fim com a digitalização dos seus espaços e das suas colecções. É uma falácia. Aliás, sobre esta matéria e de uma forma mais geral, relacionada com o futuro da Humanidade, vários autores afirmam que é a cultura, as artes, a literatura, a filosofia, a linguística, ou seja, áreas com lugar privilegiado nos museus que nos permitirão contrabalançar a omnipresença das tecnologias nas nossas vidas. Ainda recentemente ouvi o cientista António Damásio e outros especialistas falar sobre este ponto no documentário [2077 – 10 Segundos para o Futuro](#), produzido de forma brilhante pela RTP.

No entanto, devemos ter o cuidado de desmistificar esta relação entre o meio físico e o meio virtual com alguns dados científicos que nos mostram a interligação entre o aumento das visitas físicas aos museus e a disponibilização da informação sobre as colecções e o museu *online* de determinados museus. E poderíamos levantar aqui algumas outras vantagens do virtual sobre o físico. Em termos de educação e acesso, em termos de segurança, com a criação de sistemas de informação sobre pa-

trimónio cultural em risco e/ou roubado, ou ainda, no que diz respeito às indústrias criativas e à utilização das colecções como ponto de partida para novas criações e produtos. Há inúmeras situações onde essa vantagem é observável facilmente. Eu costumo dizer que não podemos ter todos uma primeira edição dos *Lusíadas*, uma carta escrita pela mão do Fernando Pessoa, uma pintura do Amadeo de Souza-Cardoso, mas se pudermos ter no ecrã uma boa digitalização dessas obras que permita a sua apreciação, que nos provoque a necessidade de ver o original, que nos emocione, teremos, como o código postal, meio caminho andado, não é? Eu vi pela primeira vez a informação sobre as exposições que a Gulbenkian e o Museu Nacional Soares dos Reis organizaram (em Lisboa e agora no Porto) sobre o Almada Negreiros na Internet, mas não deixei de ir a ambas e devo dizer que ganhei muito com isso.

AC – Repensar os museus na sua relação com o mundo digital pressupõe também lideranças mais informadas e capacitadas de modo a integrar a transformação digital na missão e estratégia de cada museu. Como observas esta questão? Que passos podem ser dados?

AM – Esta é uma questão para nós que trabalhamos em museus, num museu, e que a determinada altura assumimos ou pensamos em assumir cargos que impliquem pensar e decidir o futuro. Em Portugal, fruto do esvaziamento que observamos, das competências dos cargos de direcção dos museus, ou mesmo com a extinção desses cargos, colocamos este tipo de decisões nas mãos de pessoas que poderão não ter as competências para o fazer. Um vereador da cultura, numa das centenas de câmaras municipais do país, não terá a capacidade, que um museólogo ou um conservador de museu tem, para reflectir sobre o papel que o museu deve ocupar em determinada comunidade ou território. No entanto, se reflectirmos sobre a situação ideal é necessário que quem desenha as po-

líticas e quem as executa, tenha sempre em consideração o tempo em que vive. Se não o fizer, corre o risco de criar um museu que serve apenas uma franja muito curta de públicos, ideia que espero estar ultrapassada. Quero com isto dizer que, por mais resistências que existam – e ainda existem algumas – com o mundo digital, no museu actual a sua inclusão é uma necessidade. Não integrar essa transformação digital na missão e estratégia dos museus é descurar todos os aspectos em que as tecnologias trazem vantagens e, acima de tudo, é deixar de parte uma geração que utiliza as tecnologias diariamente para quase todas as actividades. Desde o turismo, à indústria, passando pelo comércio, pelos serviços, em qualquer escala que possamos imaginar, as tecnologias são um dado adquirido. É assim que julgo que os líderes nos museus devem contemplar a sua inclusão.

Não podemos esperar que todas as pessoas tenham o mesmo tipo de conhecimentos nesta área que lhes permita reflectir sobre esta área de uma forma global, mas há especialistas no mercado, há empresas que trabalham especificamente neste sector, há alguma formação genérica nesta área (infelizmente quase toda fora do país) que podem ajudar os museus a lidar com esta matéria. Um outro caminho a explorar seria incluir esta questão nas competências de uma RPM refundada e mais participativa, transpondo para Portugal o que a American Alliance of Museums e o Arts Council (UK) têm feito.

AC – Um dos argumentos que sustenta a necessidade dos museus abraçarem as tecnologias é a oportunidade de conquistar os públicos mais jovens – os nativos digitais, que no seu quotidiano utilizam já novas formas de aceder à informação. Mas não há também o risco de um museu demasiado tecnológico excluir outros públicos que não são porventura seduzidos pelo aparato tecnológico?

AM – Esse é o equilíbrio que se mencionava atrás e que é fundamental perceber. Como disse, não se trata de uma aniquilação de um lado pelo outro, mas sim uma integração ponderada e não invasiva das tecnologias. Há formas de o fazer e há museus, como é o caso do Cooper Hewitt, que referi anteriormente, que o conseguiram com enorme sucesso. O desenho daquilo a que o museu chamou *New Experience* é um processo que deveria ser observado por muitos museus, e digo observado e não copiado, para que cada um fosse capaz de pensar nas melhores soluções de integração tecnológica em benefício dos seus públicos e das suas colecções. Um erro comum nestes processos é pensar que uma solução serve para qualquer circunstância e copiar algo que teve sucesso num outro local, para o nosso contexto, no entanto, as circunstâncias num e noutro lado raramente são as mesmas e os alicerces sólidos que sustentaram o sucesso noutro lado, podem não existir quando o importamos.

Aqui o conhecimento sobre os públicos dos museus e o conhecimento sobre as colecções são fundamentais para a escolha do aparato tecnológico que permite a mediação entre ambos. Esquecer um dos lados da equação *museu-público-colecção* é entregar a estratégia digital do museu ao acaso, ou seja, é o mesmo que não ter um rumo e objectivos definidos.

AC – A necessidade de qualificar ou actualizar os profissionais de museus no domínio das competências digitais é um outro desafio. O que pode ser feito?

AM – O que pode e está a ser feito nesta matéria é criar novas formas de aquisição destas competências pelos profissionais dos museus. O ICOM Portugal tem, aliás, nesta matéria, como noutras, um papel activo com a participação no projecto Mu.SA – *Museum Sector Alliance* (2016-2019), que tem como objectivo identificar um conjunto de perfis de trabalho nos museus e criar produtos de formação, na forma de MOOC (*Massive*

Open Online Courses), seguido de um curso de especialização, que procurarão dotar os profissionais com as competências digitais necessárias para enfrentar estes desafios. É um projecto que estou a gerir, em representação do ICOM Portugal, no qual está também envolvida a Universidade do Porto e a Mapa das Ideias, que espero possa vir a marcar a diferença no contexto da formação em Portugal para o sector dos museus.

Um outro aspecto fundamental, na minha opinião, é uma maior aproximação entre os museus e as universidades para debater as necessidades dos primeiros não cobertas pela oferta das segundas. Mantemos, em muitos casos, cursos de formação na área da museologia sem grandes alterações durante anos, sem qualquer preocupação com as questões levantadas pela cultura digital, inovação e tecnologia. Alteramos quase toda a oferta formativa para cursos de pós-graduação, mestrado e doutoramento, esquecendo que uma parte significativa do trabalho nos museus é relacionada com a prática. Ou seja, precisamos de formação que ensine como limpar um objecto, a documentar uma colecção, a produzir uma exposição, a receber visitantes, a mediar o conteúdo com os públicos, entre muitos outros aspectos práticos. As anteriores pós-graduações de dois anos permitiam esse tipo de ensino mais prático que julgo ser cada vez mais necessário.

Este tipo de formação poderia também lidar com algumas competências digitais de carácter mais técnico que são fundamentais para a integração das tecnologias nos museus. Em Portugal, na área da documentação, digitalização e gestão das colecções há uma escassez enorme de recursos com as competências apropriadas para desempenhar as tarefas aí exigidas, não só pela ausência da formação, mas também porque grande parte das tutelas ainda não percebeu a mais-valia que esse trabalho de bastidores pode representar para os museus em particular e, indirectamente, para outros sectores como o turismo, por exemplo. Talvez este espaço volte a ser ocupado pelas universidades – não sei, mas sei que é o único

caminho para que os profissionais, actuais e futuros, possam adquirir as competências necessárias. Neste caso, a formação em contexto de trabalho, que funciona/funcionou durante muito tempo nos museus (uma nota aqui para alertar para o perigo que os museus estão a enfrentar com a quebra deste tipo de formação), com a transmissão do conhecimento dos mais velhos para os mais novos em muitas áreas, não tem como ser efectiva, porque as gerações anteriores não têm, na sua maioria, o conjunto de competências agora necessárias.

AC – Que mudanças são expectáveis para os museus nos próximos anos com relação às tecnologias?

AM – As mudanças que iremos ter que enfrentar prendem-se com diversos tipos de tecnologias. No que diz respeito aos sistemas de informação de museus teremos que enfrentar questões relacionadas com a web semântica, com a definição de melhores normas documentais, com a alteração de modelos sustentados por bases de dados relacionais, para modelos em bases de dados documentais, ou em termos mais técnicos, bases de dados [No-SQL](#) e com as novidades tecnológicas trazidas pelo próprio desenvolvimento da Internet, dos sistemas operativos e das linguagens de programação. Mas há outras áreas, como a divulgação, por exemplo, que terão de lidar com um aumento considerável de tecnologias na área da realidade virtual, por exemplo, ou com a entrada da robótica em conjunto com sistemas (ainda muito básicos) de inteligência artificial que terão no sector cultural um meio privilegiado de experimentação e desenvolvimento. Neste sentido, também a indústria dos jogos e do entretenimento terá uma relação cada vez mais próxima com os museus e com o património cultural em geral, mas aí seremos nós os fornecedores e eles os consumidores de conteúdos e de histórias que possam diferenciar os produtos que criam.

De forma mais genérica julgo que o sector dos museus sofrerá em todo o mundo uma mudança significativa na próxima década. Em muitos casos, vemos que os museus estão a abraçar essa onda de mudança, nomeadamente os museus com mais recursos, criando as bases para uma integração com o universo digital numa posição de liderança. Mas julgo que essa mudança terá velocidades distintas, sofrerá inevitavelmente recuos que permitirão alguns avanços posteriormente, mas o universo digital ocupará a breve prazo um lugar significativo, mas não intrusivo, nos museus.

Eu confesso-me curioso pelo futuro, pouco dado a saudosismos, mas atento à qualidade da transformação, para não retrocedermos nas questões realmente importantes. Penso que as tecnologias ajudarão a criar museus mais abertos e com maior significado para os públicos. Se assim for, estaremos no bom caminho!

Conferências: comentários

Relevância: Estamos a Fazer o Suficiente?

Encontro CECA e DEMHIST

Maria de Jesus Monge, membro do DEMHIST

Mário Nuno Antas, membro do CECA



Numa organização conjunta com os Historic Royal Palaces, o CECA (Comité Internacional do ICOM para a Educação e Acção Cultural) e o DEMHIST (Comité Internacional do ICOM para Museus em Casas Históricas) realizaram um encontro anual, sob o título *Relevância: Estamos a Fazer o Suficiente? Manter o Património Relevante no Século XXI*. Este encontro realizou-se entre os dias 14 e 17 de Outubro, na Torre de Londres e no Palácio de Hampton Court. O tema escolhido procurou responder aos desafios colocados por públicos diversos, a quem é necessário interpelar e envolver nos projectos que visam, através de uma cidadania consciente e participativa, desenvolver uma melhor consciência patri-

monial, laços de pertença e identificação, e contribuir, de forma geral, para sociedades mais equilibradas e coesas. A ligação entre estas duas comunidades de profissionais de museus pretendeu potenciar experiências mútuas e avaliar o impacto de iniciativas em áreas comuns.

Os debates centraram-se em torno das seguintes questões: Como podem os museus atrair públicos mais novos e diversificados? Como podem as comunidades locais reconhecer a importância e o significado nas nossas narrativas, edifícios e colecções? Como podemos avaliar e demonstrar o nosso valor e impacto nas comunidades locais? Como podem os projectos educativos estabelecer ligações entre museus e património monumental com as comunidades locais? Como têm sido usados os museus e casas-históricas no desenvolvimento de identidades nacionais? Qual é o papel actual dos museus e casas históricas no âmbito das narrativas de identidade nacional? Poderão os museus e casas históricas promover e contribuir para a coesão social?

Foram muito exploradas as potencialidades das novas tecnologias para apoiar diversos projectos, designadamente para mediar o acesso a públicos com necessidades especiais. Contudo, foi reforçada, por exemplo pela responsável pela área de comunicação da Casa-museu de Leon Tolstoy, em Yasnaya Polyana (Rússia), a importância de não inviabilizar a vivência dos espaços residenciais com introdução de tecnologia anacrónica – simultaneamente, esta casa-museu tem uma estratégia de divulgação *online* (cf. <https://www.rbth.com>). Trata-se de utilizar as novas tecnologias como instrumentos e não como objectivo de *per se*.

Os projectos educativos são maioritariamente destinados aos públicos de proximidade, designadamente locais, procurando chegar a todas as faixas etárias e realidades socioeconómicas. Nos países anglo-saxónicos e também na América Latina as instituições de cultura têm um papel de relevo na integração social, nomeadamente de grupos minoritários e migrantes.

Nestes contextos, a existência de instituições museológicas sem programação activa na área da comunicação, como forma de envolver e trabalhar directamente com os públicos, não é uma realidade possível. Os processos de financiamento e avaliação de desempenho não aceitam números que não contemplem a identificação dos utilizadores e são particularmente valorizados os programas inclusivos.

A reunião do CECA pautou-se pelo modelo anteriormente implantado privilegiando *workshops* em detrimento de intervenções de carácter mais teórico. As temáticas mais focadas relacionaram-se com a aprendizagem pela arte nos museus, visto ser um encontro conjunto com o DEMHIST. Outro grande bloco de intervenções focou-se na questão da relevância, nomeadamente na experiência de aprendizagem proporcionada aos visitantes. Ficou patente uma grande preocupação nos casos apresentados, do Canadá à Austrália, quanto ao recurso a dados estatísticos que permitem uma análise mais sustentada cientificamente sobre o que os visitantes procuram nos museus. Neste caso particular, foi interessante a consonância de opiniões dos intervenientes que estas análises, tradicionalmente denominadas de estudos de públicos, devem acontecer na preparação e planificação dos programas educativos e de acção cultural.

Os profissionais vencedores do *Best Practice Award* tiveram também a oportunidade de apresentarem os seus projectos. O CECA promove ainda o prémio Colette Dufresne-Tassé que premeia a melhor investigação científica na área da educação em museus.

O encontro terminou com uma forte presença da comunidade de países lusófonos, nomeadamente do Brasil, Moçambique e Portugal. Foi ainda homenageada a brasileira Magaly Cabral como grande figura da museologia. Cabral que esteve na génese do DEMHIST e tem colaborado nas últimas décadas com o CECA.

Lei-Quadro dos Museus e Descentralização: Que Caminhos?

Encontro de Outono ICOM Portugal

Maria de Jesus Monge, tesoureira do ICOM Portugal



O recém-nomeado Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo, em Évora, acolheu a 27 de Outubro último uma plateia interessada de profissionais reunidos em torno do tema *Lei-Quadro dos Museus e Descentralização: Que Caminhos?*

O ICOM Portugal organizou este Encontro de Outono com o apoio da Direção Regional de Cultura do Alentejo, sendo os trabalhos abertos pelos respectivos responsáveis: José Alberto Ribeiro e Ana Paula Amendoira. Manuel Bairrão Oleiro (EGEAC) na sua comunicação «Lei-Quadro dos Museus Portugueses – 13 anos Depois» lembrou o processo participado, crítico e empenhado de preparação e redacção da Lei-Quadro dos Museus Portugueses promulgada em Maio de 2004. Este instrumento legal forneceu ao tecido museológico nacional um quadro de regulamen-

tação equilibrado, sendo apenas de lamentar que nunca tenha sido cabalmente posto em prática.

O excelente trabalho realizado pela Rede Portuguesa de Museus (RPM), enquanto estrutura de projecto e, mais tarde, dentro da estrutura do Instituto dos Museus e da Conservação, foi exemplo do acerto das opções assumidas no contexto da Lei-Quadro. O desmembrar da equipa da RPM e dos instrumentos que permitiriam a continuação do trabalho desenvolvido na qualificação dos museus portugueses, ilustram as dificuldades recentes.

A opinião consensual é a de que a Lei-Quadro, necessitando embora de adaptação a novas realidades, designadamente com a criação da Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC), configura o enquadramento desejável para os museus portugueses.

Isabel Maria Fernandes (Paço dos Duques de Bragança), com a comunicação «Para Onde Caminham os Museus: Administração Central ou Local?» apresentou os resultados de um estudo, realizado em contexto académico, sobre o projecto de descentralização divulgado pelo Governo. Apresentadas as posições díspares de autarquias de dimensão e características diferentes – Guimarães e Miranda do Douro, foi realçada a necessidade de reflexão e discussão sobre uma proposta que terá implicações profundas nos modelos de gestão museológica, com o conseqüente impacto nas equipas técnicas.

A apresentação do trabalho produzido em rede – respectivamente no caso da Rede de Museus do Algarve, apresentada por José Gameiro (Museu de Portimão), da Rede de Museus Rurais do Sul, apresentada por Miguel Rego (Museu da Ruralidade), e da Rede de Museus do Baixo Alentejo, apresentada por Lígia Rafael (Câmara Municipal de Mértola) – proporcionou o conhecimento de experiências com fórmulas diversas. Estas experiências são uma resposta comum à necessidade de reunir competências e esforços, materializando-se em parcerias inspiradas no

modelo de rede nacional, adaptado às especificidades regionais ou temáticas. O projecto «Rede de Museus e Equipamentos Culturais de Évora», apresentado por Filipe Themudo Barata (Universidade de Évora), configura, por sua vez, uma opção diferente, virada para o turismo cultural. O objectivo proposto envolve a gestão dos fluxos turísticos e a maximização do retorno económico e não tem preocupações nas áreas dos conteúdos e da programação, da educação patrimonial e ligação à comunidade e, sobretudo, dos recursos humanos.

O Encontro terminou com um debate moderado por Luís Raposo (ICOM Europa), do qual resultou uma reflexão partilhada entre oradores e público, reflectindo o interesse em conhecer melhor os contornos das propostas políticas.

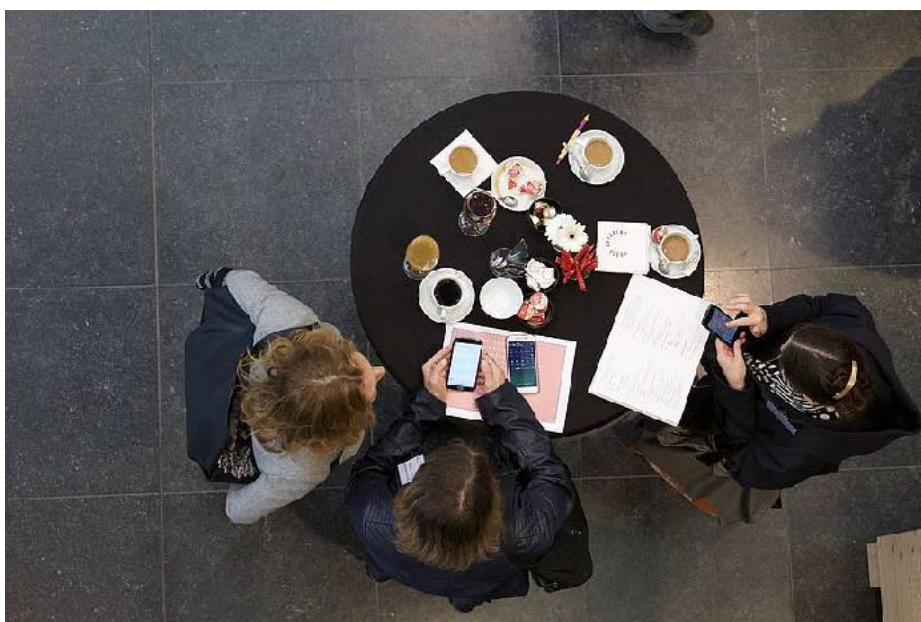
As ocasiões para a discussão pública destas temáticas são particularmente apreciadas, sobretudo num território como o Alentejo, que apesar de constituir quase metade do país, é pouco denso em população e, consequentemente, em instituições de memória. A percepção de esquecimento é reforçada por situações como o arrastar incompreensível do concurso para a direcção do Museu de Évora, recentemente promovido a museu nacional, mas que tem um director interino há vários anos, simultaneamente o único técnico superior do museu.

O ICOM Portugal, enquanto associação de profissionais de museu, assume a preocupação com o desinvestimento na qualificação dos museus, muito particularmente no que respeita à não renovação e ao reforço das equipas técnicas. Promover a implementação da totalidade das disposições previstas na Lei-Quadro parece ser a melhor forma de garantir que qualquer projecto de descentralização de competências na área dos museus significará uma opção propiciadora de um tecido museológico qualificado e empenhado na construção de uma sociedade melhor e mais justa.

O Valor das Coleções dos Museus

Conferência anual da NEMO

Clara Frayão Camacho, presidente da assembleia-geral do ICOM Portugal



A NEMO (Network of European Museum Organisations), entidade que agrega os organismos governamentais e associativos do sector museológico da Europa, realizou, de 9 a 12 de Novembro de 2017, a respectiva Conferência anual, em Gante, na Bélgica.

Nos últimos anos, os temas da Conferência da NEMO têm-se centrado nos “quatro valores dos museus”, em linha com o documento estratégico desta organização europeia, que elegeu o valor social, o educativo, o económico e o patrimonial. Neste ano, a Conferência incidiu sobre o valor das coleções dos museus (*Open Heart Surgery – The Value of Museum Collections*), iniciando-se com uma palestra de Peter van Mensch, intitulada «O Método como Mensagem: Participação e Valor das Coleções». Seguidamente, o programa foi estruturado em três painéis: os museus

nas esferas políticas e sociais; a problemática de coleccionar na contemporaneidade; e os benefícios e desafios das colecções europeias.

A palestra de van Mensch merece um destaque particular, tendo em conta a sua densidade e a quantidade de questões e de pistas que este reputado museólogo levantou relativamente à constituição de colecções na actualidade. Num enquadramento conceptual que recua à sua tese de doutoramento³, ancorado no conceito de colecção como um conjunto de artefactos que documentam a relação do homem com o ambiente e no pressuposto de que cada colecção tem uma identidade própria, o museólogo avançou para o questionamento da documentação do presente, colocando o desafio de os objectos serem estudados como coisas vivas.

Olhando para o património, a partir dos anos 2000, como um vector de desenvolvimento que sucede, na sua perspectiva, ao entendimento do património como um sector (século XIX) e como um factor de revitalização (a partir dos anos 1960), van Mensch apela aos conceitos de modernidade líquida e de “museu líquido”, modelo teórico colhido em Fiona Cameron⁴, para perspectivar as colecções partilhadas com a sociedade, tendo em conta ainda o espírito da Convenção de Faro (2005), em especial a noção de “comunidades de património”. Esta argumentação leva o autor a perspectivar a participação na contemporaneidade, questão na ordem do dia desde os anos 1970, como um envolvimento activo da comunidade nas decisões dos museus, designadamente quanto à relevância das colecções, conectando-as com o mundo exterior.

Alguns tópicos do debate ajudam a clarificar o pensamento deste autor. Questionado sobre a dicotomia entre a narrativa, que toma crescentemente conta das exposições, e os objectos, que são relegados para segundo plano, numa tendência crescente no mundo dos museus, van Mensch

³ Mensch, Peter van. 1992. “Towards a Methodology of Museology”. PhD thesis, University of Zagreb. <http://emuzeum.cz/admin/files/Peter-van-Mensch-disertace.pdf>

⁴ Cameron, Fiona. 2015. “The Liquid Museum: New Institutional Ontologies for a Complex, Uncertain World.” In *The International Handbooks of Museum Studies*, ed. Kylie Message, e Andrea Witcomb, vol. 1, 345–361.

propõe que, ao invés de uma opção dicotómica, prevaleça o diálogo e o convívio entre ambas as perspectivas, o que poderá ajudar também a tomar as melhores decisões sobre o que coleccionar para o futuro.

À reflexão teórica inicial sucederam-se apresentações de casos práticos, quer de museus quer de experiências colaborativas em que as colecções e os objectos revelam histórias directamente ligadas à vida das pessoas, como é o caso do projecto “Património Cultural Sem Fronteiras”, da Rede de Museus dos Balcãs. Noutras abordagens, equacionou-se o lugar dos objectos no Museu Friedland (Alemanha), localizado junto de um campo de acolhimento de refugiados, e a gestão partilhada de colecções na Rede de Museus de História Cultural da Finlândia (TAKO). É ainda indispensável apontar o quadro museológico da Flandres, a região da Bélgica que acolheu o encontro e cujas políticas patrimoniais são referenciais no plano europeu, dado o significativo conjunto de recursos afectos à documentação das colecções, à sua preservação e a projectos que actualmente decorrem na articulação entre os museus e o património imaterial.

Finalmente, não deixa de ser pertinente mencionar a presença de Martine Reicherts, directora-geral de Educação e Cultura da Comissão Europeia, que abordou as expectativas deste organismo para o Ano Europeu do Património Cultural 2018, salientando, contudo, a escassez de meios disponíveis no âmbito dos programas da Comissão.

Nota da ed.: Encontra mais informações sobre a Conferência no *website* da [NEMO](#).

Que Museus e Comunidades no Séc. XXI?

Projecto EU-LAC

Mário Nuno Antas, museólogo



No âmbito do projecto EU-LAC – “Museus e Comunidades: Conceitos, Experiências e Sustentabilidade na Europa, América Latina e Caraíbas” (2016-2020) realizaram-se uma série de eventos entre 24 e 29 de Novembro na Universidade de St. Andrews, na Escócia.

Entre as iniciativas destaca-se a conferência promovida por Alissandra Cummins, reconhecida figura do ICOM e directora do Museu e Sociedade Histórica de Barbados. Neste conferência, que decorreu no dia 24 de Novembro, foi abordada a importância dos museus na construção da identidade das comunidades originárias do Caribe.

No dia seguinte realizou-se, em colaboração com o ICOFOM (Comité Internacional do ICOM para a Museologia), o simpósio internacional in-

titulado *Definir os Museus para o Século XXI*. François Mairesse abriu o Simpósio com uma intervenção estrutural, referindo que existe um grupo dentro do ICOFOM dedicado ao conceito global de museu. Saliou a complexidade do tema, sendo que a missão deste grupo é a investigação conceptual. A intervenção de Bruno Brulon Soares foi mais dedicada a questões relacionadas com os museus em contextos coloniais. Por seu turno, Alberto Garlandini centrou-se na Recomendação da UNESCO de 2015 sobre o papel social que os museus desempenham junto das comunidades.

O projecto EU-LAC promoveu, no dia 26 de Novembro, um *workshop* sobre tecnologia 3D para museus seguido de uma mesa-redonda sobre como gerir os dados promovidos por estes arquivos digitais e de que forma os mesmos são organizados de modo a constituírem uma base de trabalho para todos que os queiram consultar.

Refira-se que deste projecto financiado pela União Europeia fazem parte a Universidade de St. Andrews na Escócia, a Direcção-Geral do Património Cultural/Museu Nacional de Arqueologia em Portugal, a Universidade de Valência em Espanha, a Universidade das Índias Ocidentais em Barbados, Trinidad e Tobago e Jamaica, o Museu Nacional da Costa Rica, a Universidade Pontifícia do Perú e a Universidade Austral do Chile e o Conselho Internacional de Museus (ICOM).

O consórcio estabelecido para este projecto visa essencialmente desenvolver o conhecimento e promover o contacto entre museus e comunidades destas regiões. Para este efeito o projecto criou um sítio na internet (<https://eulacmuseums.net/>) onde estão disponíveis vários recursos. Destaca-se as bases de dados em permanente actualização, onde é possível encontrar museus com ligações a comunidades, bem como exemplos de património material e imaterial e um conjunto de publicações *online* sobre museus e comunidades. Outro destaque é o museu virtual, em que é disponibilizado um conjunto muito significativo de informações sobre

museus e suas colecções, sendo em alguns casos possível efectuar visitas virtuais e aceder a fotos panorâmicas 360°. É ainda possível fazer o *download* de manuais, como proceder à digitalização 3D e utilizar tecnologias esféricas, ou ainda imprimir uma exposição sobre o projecto. Este projecto ambicioso procede, assim, a uma recolha de dados continuada em vários suportes digitais que são posteriormente disponibilizados nas bases de dados.

Para além destes objectivos, o projecto promove actividades com as comunidades nos diferentes países. O principal objectivo passa por valorizar as comunidades, bem como os seus objectos identitários que os definem como comunidades. Neste sentido decorrem actividades na Europa, América Latina e Caraíbas, que passam por festivais comunitários e exposições participativas em que as próprias comunidades definem os objectos a expor.

Outro aspecto extremamente curioso deste projecto é o programa de intercâmbio jovem, que possibilita a jovens voluntários de museus comunitários, a possibilidade de viajarem e conhecerem outros jovens de diferentes países que participam de uma forma activa em museus. Este programa de intercâmbio é assegurado, em Portugal, pela Universidade do Porto que, em conjunto com vários museus do norte do país, seleccionou um pequeno grupo de jovens que teve a oportunidade de se deslocar no verão de 2017 até à Costa Rica e conhecer os jovens costa-riquenhos e escoceses.

Desta intensa semana de trabalho na Escócia fica a ideia que este projecto está a reunir uma série de dados através de diversas iniciativas no sentido de valorizar e dar uma maior visibilidade à importância do trabalho das comunidades nos museus. Neste sentido, aguarda-se com expectativa a exposição que será produzida com ícones identitários de comunidades na Europa, Caraíbas e América do Sul.

Nota da ed.: No *website* do [ICOM](#) encontra um resumo adicional.

Desafios Digitais para os Museus: Perfis Profissionais, Tarefas, Competências e Formação

Projecto Mu.Sa – Museum Sector Alliance

Alexandre Matos, colaborador da Sistemas do Futuro, Lda.



O projecto [Mu.Sa](#) – *Museum Sector Alliance* (2016-2019) foi criado a pensar na escassez de competências digitais no sector dos museus identificadas por vários projectos europeus que o antecederam, nomeadamente o [eCultSkills](#) (2013-2015). Esta escassez, abordada frequentemente nas reuniões e conferências de diferentes temáticas ligadas ao universo museológico nacional e internacional, levanta um conjunto de problemas na procura, por aquelas organizações, das melhores soluções para os desafios trazidos pelas tecnologias e meios digitais. Para minorar estes problemas o primeiro caminho a percorrer é dotar os profissionais de mu-

seus com competências que os habilitem a responder e a ultrapassar estes desafios. Mas como o podemos fazer num curto espaço temporal? O projecto procurou, no seu primeiro ano, confirmar um conjunto de perfis de trabalho emergentes nos museus que lidam directamente com a área digital. “Gestor da Estratégia Digital”, “Curador de Coleções Digitais”, “Promotor de Experiências Interactivas Digitais”; e “Gestor de Comunidades *Online*” foram os quatro perfis confirmados após uma investigação qualitativa (entrevistas e grupo focal) realizada em Portugal, Grécia e Itália.⁵ Pese embora as diferentes realidades (entre países e instituições de diferentes escalas), é seguro afirmar que estes perfis, ou pelo menos as competências que identificamos como necessárias às suas tarefas, terão que fazer parte, a curto prazo, das equipas dos museus.

O seminário *Desafios Digitais para os Museus: Perfis Profissionais, Tarefas, Competências e Formação* teve lugar na Sala de Reuniões da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) e foi organizado pelo ICOM Portugal e pela FLUP, no passado dia 11 de Dezembro. O encontro dividiu-se em três momentos: uma apresentação sobre o trabalho desenvolvido no primeiro ano do projecto, seguida de um conjunto de casos práticos de um museu, um projecto e uma empresa que precisam de profissionais com competências digitais similares na sua actuação e, no final, uma mesa-redonda sobre a formação e conteúdos necessários para a cultura digital, tendo em vista a continuação do projecto Mu.Sa que passará pela criação de instrumentos formativos específicos (cf. [programa](#)).

A primeira apresentação, por Paula Menino Homem (FLUP), enquadrou o encontro, proporcionando uma visão sobre os objectivos do Mu.SA. As seguintes permitiram um panorama abrangente sobre as necessidades de diferentes organizações para dar uma resposta aos desafios digitais. O Museu da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, por

⁵ É de notar que a tradução para português dos quatro perfis é ainda preliminar nesta fase. As designações identificadas em língua inglesa são as seguintes: *Digital Strategy Manager*; *Digital Collections Curator*; *Digital Interactive Experience Developer*; e *Online Community Manager*.

exemplo, centrou-se na integração ao longo dos anos de profissionais com diferentes competências nesta área e das respostas formais que uma organização pública pode dar, mesmo com os constrangimentos formais que enfrenta. No mesmo sentido, quer o Museu Digital (projecto da Reitoria da UP), quer o Pporto dos Museus deram diferentes pistas sobre quais as necessidades de profissionais para o sector, estabelecendo a ponte entre este projecto e a realidade portuguesa.

Por fim, a mesa-redonda contou com a presença de diferentes especialistas e profissionais do sector, representando centros de investigação, universidades, empresas e, também, da Direcção Regional de Cultura do Norte. Nela procurou-se ligar o trabalho feito pelo projecto e as necessidades apresentadas pelos casos práticos, aos conteúdos e tipologias formativas necessários para facilitar a aquisição das competências, digitais e transferíveis, que o projecto definiu. Num primeiro momento, a discussão centrou-se mais na aplicabilidade dos perfis à realidade nacional, dado o conhecimento que os presentes têm dos escassos recursos humanos que os museus dispõem. Foi ainda focada a necessidade de criar as condições para que as competências, mais do que os perfis, possam integrar a formação dos profissionais de museus, através de cursos de actualização profissional (um dos objectivos do projecto), e de futuros profissionais, através da integração de conteúdos formativos sobre esta temática nos cursos de formação já existentes. Além disso, os participantes, de forma quase unânime, colocaram como problema, na definição dos conteúdos, a especificidade dos perfis, tendo em conta a realidade dos museus portugueses.

O seminário ajudou a reflectir sobre os próximos passos do Mu.Sa. Uma dessas reflexões foi a concentração, na criação de conteúdos, nas competências, transversais aos diferentes perfis e, assim, reutilizáveis em contextos como o português por profissionais que acumulem funções de vários perfis.

Museus & Pessoas

Emília Ferreira

Por Ana Carvalho

Emília Ferreira é desde 1 de Dezembro de 2017 directora do Museu Nacional de Arte Contemporânea – Museu do Chiado, em Lisboa. Alia o profissionalismo com a paixão de fazer as coisas, e a inquietude de quem tem sempre perguntas para fazer. Há pouco mais de um mês na direcção do museu, fomos até ao Chiado para conhecer melhor o percurso de Emília Ferreira, as suas motivações e as ideias que traz para este museu.



Estamos numa das principais áreas nevrálgicas da vida cultural da cidade de Lisboa. Entro no Museu do Chiado, uma instituição centenária ao serviço da representação da arte portuguesa do séc. XIX à contemporaneidade. Percorro o museu labiríntico, onde ainda se perscruta os vestígios do antigo Convento de São Francisco onde foi instalado, apesar da roupagem contemporânea. O passo não é demorado. À hora marcada sou recebida por Emília Ferreira, no seu gabinete, com um sorriso aberto, e sob a luz quente do final de tarde.

A pergunta sai de chofre, sem grandes preâmbulos: como se descreve? Se num primeiro instante a interrogação oferece surpresa, a resposta é segura e reflectida. A curiosidade é uma das características definidoras de Emília Ferreira, como pessoa e profissional, e o fio condutor do seu percurso. «Não vejo lógica na definição de um percurso linear e muito dirigido a um

horizonte exclusivo». Sempre gostou de várias coisas diferentes. Na adolescência, por exemplo, era o desenho, a escrita e a dança: «precisava de cada uma dessas coisas para que cada uma funcionasse», sublinha. É um traço que prevalece até hoje: «tenho uma curiosidade em leque» e assume vários interesses – não no sentido do homem dos sete instrumentos – «mas preciso de relacionar muitos assuntos» para chegar à compreensão do mundo. Aos 15 anos apaixona-se pela filosofia, «precisamente porque não era uma área linear: atraiu-me o aspecto da curiosidade que enforma o exercício da filosofia». Termina a licenciatura em Filosofia (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa) em 1990, mas ainda no terceiro ano do curso ingressa no mundo profissional, aos 22 anos, para dar aulas de português como língua estrangeira, descobrindo para si própria o prazer de «passar a outros o conhecimento que se tem».

Uma trajectória multifacetada

A escrita é um dos elementos estruturantes do seu percurso, em diferentes formatos e géneros – do romance aos contos, à crónica, à crítica literária, à literatura infantil e à escrita científica – tendo, aliás, recebido vários prémios literários no âmbito da sua obra ficcional.

«O espaço museu sempre me atraiu muito», admite, mas é em 1992 que aflora o mundo dos museus de forma mais específica. Isso acontece no âmbito da colecção *Grandes Museus de Portugal* do jornal *Público*, onde colaborou como redactora e investigadora. Essa experiência de contacto com a história dos museus, dos seus edifícios e colecções teve influência no momento de escolher o tema para a sua dissertação no mestrado em História da Arte Contemporânea, que concluiu em 2001, na Universidade Nova de Lisboa. A escolha recaiu sobre a história dos museus de arte no séc. XIX, com a dissertação [*História dos Museus Públicos de Arte no Portugal de Oitocentos: 1833-1884*](#). Este percurso de investigação acabaria por ser aprofundado com uma tese de doutoramento em História da Arte Contemporânea na

mesma Universidade (2010) sobre a *Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola* (Palácio Alvor, 1882), exposição da qual viria a nascer o *Museu Nacional de Bellas Artes e Arheologia* (actual Museu Nacional de Arte Antiga). O tema mereceu maior aprofundamento pela necessidade de preencher lacunas sobre o conhecimento existente até então e pelos vários mitos que recaíam sobre a exposição. Esta tese visou, assim, compreender os contextos em que se realizou a exposição, o que foi feito, como e com que conhecimentos, contribuindo globalmente para um maior entendimento da história dos museus em Portugal. Em 2017, a tese foi publicada em livro – [*Lisboa em Festa: A Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola, 1882. Antecedentes de um Museu*](#), integrando o oitavo volume da colecção *Estudos de Museus* (Direção-Geral do Património Cultural e Caleidoscópio).

O atributo de investigadora é porventura o “chapéu” mais abrangente da actividade de Emília Ferreira. Para além do seu perfil multifacetado na qualidade de escritora, assume-se como curadora e educadora. Enquanto curadora independente (a par com funções na área educativa e na investigação) desenvolveu uma extensa actividade, inicialmente para o Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian (a partir de 1997), mas também na Casa da Cerca – Centro de Arte Contemporânea, em Almada, onde colaborou entre 2000 e 2017, sendo que em 2010 passou a ter vínculo à função pública. De um modo geral, ao longo dos últimos 20 anos, organizou várias exposições de arte contemporânea para diferentes organizações como curadora independente, onde se destacam a retrospectiva *Dominguez Alvarez, 770, Rua da Vigorosa, Porto* (2006) – com Ana Vasconcelos e Melo –, a exposição itinerante *Rui Sandes. As Margens da Linha* (2006 e 2007) e *Mily Possoz, uma Gramática Modernista* (2010), entre outras.

A colaboração com vários municípios, pessoas e organizações diferentes ao longo destes anos é consistente com um processo de aprendizagem

que exigiu acima de tudo flexibilidade, como reconhece: «aprendi a trabalhar em redes distintas e com constrangimentos de vários tipos». Neste sentido, refere-se não apenas aos condicionalismos de ordem financeira (dísparos entre as organizações com as quais trabalhou), mas também às limitações dos próprios espaços expositivos, aludindo, por exemplo, ao caso da Casa da Cerca pelas dificuldades de trabalhar em edifícios históricos adaptados, cujas características intrínsecas nem sempre se coadunam com as exigências contemporâneas de um espaço museológico. Esta experiência diversificada de contextos permitiu-lhe, ainda, não só «aprender a trabalhar com os tempos da função pública», mas também lidar com «muitas maneiras de funcionar e abordagens diferentes».

Os museus, uma questão de missão

Falamos de motivação. Pergunto sobre o que a continua a motivar no trabalho em museus. É peremptória: «as pessoas merecem o melhor de nós, é uma questão de missão». Emília Ferreira encara a função pública como algo que tem como objectivo final o público, «que canaliza para o público a devolução de serviços vários que são pagos com os impostos dos cidadãos». E acrescenta: «no caso dos museus estamos aqui para devolver com juros. Há uma responsabilidade por parte das instituições. Quando o grande público não percebe o que nós estamos a fazer, é porque nós não sabemos comunicar o que estamos a fazer – por muito que nos custe admiti-lo. Há uma série de circunstâncias às quais temos de conseguir dar a volta, uma delas é falar de forma mais clara, explicar o que andamos a fazer.»

Comunicar de forma clara é preciso

A clareza da comunicação foi um tópico que surgiu várias vezes ao longo da conversa. Sobre os museus de arte contemporânea, em particular,

Emília Ferreira é categórica: «não comunicam bem para um público alargado», salvo raras exceções. Mas explica porquê: «de um modo geral, confunde-se especialização com hermetismo no discurso». Esta é uma lição que retira da sua experiência no jornalismo. Reconhece que a clareza não é uma questão fácil, mas na sua opinião «comunicar é muito mais do que mostrar que se domina o código». Defende que é possível “aprender a ver” nos museus – referindo-se concretamente à arte contemporânea –, pois «eu própria aprendi a ver»; e adianta: «as pessoas percebem se nós quisermos chegar até elas». Cita Einstein, ao afirmar que «se não conseguimos explicar alguma coisa claramente é porque não a entendemos». Neste sentido, compreende a clareza na comunicação também como um exercício de modéstia e humildade. E vai ainda mais longe, referindo o exemplo da biologia: «uma célula que não partilha a sua informação morre». Por outro lado, não concorda que «a comunicação seja um nivelamento por baixo», e defende, por sua vez, que «a clareza não é o mesmo que simplismo».

A reflexão sobre o género nos museus: a arte de perguntar

Além de investigadora do Instituto de História da Arte da Universidade Nova de Lisboa, Emília Ferreira colabora num projecto de investigação internacional liderado pela Universidade de Victoria (Canadá). O projecto pretende estudar as condições de visibilidade de intervenção das mulheres do ponto de vista das colecções, das educadoras nos museus, e como artistas. Trata-se de uma rede (em expansão) que integra investigadoras, mulheres artistas e educadoras de vários países e organizações universitárias (Canadá, Estados Unidos, Inglaterra, Noruega, Itália, Portugal). A rede é constituída essencialmente por mulheres, não de forma propositada, como esclarece Emília Ferreira, mas «porque os homens geralmente não trabalham estas questões».

O desconforto pela «permanência da vontade de exclusão» sobre o papel das mulheres que sentiu durante largos anos na academia, quer no campo da filosofia, quer na história da arte levaram-na a interrogar-se sobre os contributos das mulheres artistas na arte, como foi o caso dos estudos que fez sobre Ofélia Marques (1902-1952) e Mily Possoz (1888-1968), entre outras artistas. Por outro lado, este interesse não está desligado das suas convicções pessoais: «sou feminista, desde que me lembro».

Neste contexto, faz sentido perguntar: como é que os museus portugueses têm abordado a questão do género? Na perspectiva de Emília Ferreira o género «não tem sido tratado, tem sido a florado. De alguma maneira até se tentou diversificar a discussão em alguns casos. Mas de um modo geral, o que me parece é que estas coisas estão muito camufladas». Referindo-se a um inquérito que distribuiu recentemente em museus, na sua maioria de arte contemporânea, sublinha: «tive essa noção com as não respostas que recebi a questões como – quantas artistas tem na colecção? Quantas exposições fez de mulheres artistas individuais? Quantas mulheres artistas participam nas colectivas? Em termos de museus, penso que tem que haver um olhar sério sobre as suas colecções, tem que haver uma interrogação. Eu gosto de continuar a fazer perguntas: porque é que não há mais mulheres nas colecções? Porque é que as que existem não estão estudadas? Porque é que continuamos a olhar para o que foi escrito sobre determinada artista e não se olha para a sua obra no conjunto?»; e atira: «é preciso começar a olhar para as obras, os museus têm essa obrigação: olhar para as suas obras e interrogá-las». No entanto, também não ignora que para isso também contribui a existência de recursos humanos e financeiros.

Voltar a colocar o Museu do Chiado no mapa

Pelo Museu Nacional de Arte Contemporânea – Museu do Chiado têm passado vários directores num curto espaço de tempo. Emília Ferreira

sucede a Aida Rechená (directora do museu desde 2016) após a demissão desta, e em regime de substituição. Os problemas são vários e, por sua vez, os desafios são múltiplos. Emília Ferreira reconhece que é um museu que tem tido pouca visibilidade por várias razões, entre estas a falta de verbas. Sublinha a necessidade de imprimir uma nova dinâmica no museu, «voltar a chamar a atenção para a sua existência», «atrair os públicos e os mecenas». Esta é entendida como uma prioridade.

Encontra-se em preparação a programação para 2018 e para os anos seguintes, nomeadamente a definição de uma nova política expositiva. Neste sentido, está a ser repensada a possibilidade de expor as colecções do museu de forma mais “permanente”, situação que não tem sido possível concretizar devido, por um lado, à exiguidade dos espaços e, por outro lado, à necessidade de organizar exposições temporárias. Outras questões correlacionadas prendem-se com a identificação das necessidades prementes do próprio edifício – atendendo a que faz 24 anos desde que foi objecto de renovação pelo arquitecto francês Jean-Michel Wilmotte – e, como sublinha a directora: «começar a pensar na possibilidade de o edifício ter a sua própria revolução». Refere-se neste contexto aos edifícios contíguos ao museu que ficaram disponíveis, entre os quais o do governo civil e o da polícia. «O que me foi pedido é que comece a pensar em gizar um pré-programa para se lançar o museu como uma instituição maior em termos físicos no sentido de vir a acolher uma complementação das suas colecções.» Este aspecto é central para que o museu «volte a ser o que foi a sua missão inicial – a arte contemporânea – ou seja, de modo a que não fique «fechado nos anos de 1970. Temos nas colecções obras depois de 1970, mas a integração dessas obras não tem sido continuada – temos várias lacunas. Há colecções privadas à guarda do Estado que faria todo o sentido que fossem integradas no museu». Por outro lado, a possibilidade de reformular os espaços existentes não só permitiria cumprir os requisitos «de um museu nacional, mas de arte contemporânea, que tem exigências em termos de escala que não se

compadecem com áreas diminutas e de grande compartimentação inflexível». Além disso, esta poderá ser a oportunidade de rever as condições de acessibilidade física dos espaços, como realçou.

Falamos na hipótese de se concretizar o crescimento físico do museu, com os olhos postos no horizonte. Nesse sentido, sublinha: «se este museu pudesse vir a crescer para ter um espaço expositivo maior que permitisse, de facto, ter uma exposição semi-permanente que desse a conhecer a arte portuguesa de 1850 até à contemporaneidade, este seria um museu único a vários níveis. Tanto quanto eu sei não há mais nenhum museu de arte contemporânea que inclua a segunda metade do séc. XIX. Esta é uma mais-valia, uma vez que é na segunda metade do séc. XIX que se começam a definir grandes linhas que vão enformar o início do séc. XX. Essa relação que aqui podemos fazer seria preciosa».

Emília Ferreira entende que o «museu não é só um espaço para expor obras, tem que ser também um espaço em que o diálogo em torno das obras possa ser potenciado. E para isso tem que haver também lugar, espaço. Não temos ainda essa estrutura. No momento em que isso acontecer, este museu, neste sítio da cidade vai ser seguramente uma mais-valia para a nossa identidade artística».

Museu Nacional de Arte Contemporânea – Museu do Chiado

- Fundação: 1911. Tutela: Direção-Geral do Património Cultural
- Tipologia: arte, de 1850 à contemporaneidade
- Coleção total: 5321 obras
- Área total de exposição (incluindo exp. temporárias e recepção): 1101 m² (edifício Rua Serpa Pinto) + 504 m² (edifício Rua Capelo)
- Equipa: c. 33 pessoas
- Média de visitantes 2017: c. 88 158

Publicações

Sugestões de leitura

Museus, tecnologias e digital

“[Estamos Ligados? Museus e Redes Sociais.](#)” 2013. [textos de opinião de Alexandre Matos e Ana Carvalho] *INFORMAÇÃO ICOM.PT*, Série III, 21(Jun-Ago): 9-11.

Cano, Ricardo. 2017. “[Museos y Fatiga Tecnológica.](#)” *Eve Museología + Museografía: Museos y Innovación*, Dezembro 5.

Center for the Future of Museums. 2016. “[Labor 3.0: New Jobs, or a Jobless Future?](#)” In *Trendswatch 2016*, 8-15. [s.l.]: American Alliance of Museums.

Center for the Future of Museums. 2016. “[Me/ We/ Here/ There: Museums and the Matrix of Place-based Augmented Devices.](#)” In *Trendswatch 2016*, 23-29. [s.l.]: American Alliance of Museums.

Center for the Future of Museums. 2017. “[The Rise of the Intelligent Machine.](#)” In *Trendswatch 2017*, 24-31. [s.l.]: American Alliance of Museums.

Drotner, Kirsten, e Kim Christian Schrøder. 2013. *Museum Communication and Social Media: The Connected Museum*. [s.l.]: Routledge.

Pekel, Joris [2014?]. “[Democratising the Rijksmuseum.](#)” [s.l.]: Europeana Foundation.

Sanderhoff, Merete, ed. 2014. *Sharing is Caring: Openness and Sharing in the Cultural Heritage Sector*. [s.l.]: Staten Museum for Kunst.

Santos, David. 2016. “O Museu Inimaginado. Mediação e Coleções Online – o Caso do Rijksmuseum.” *RP - Revista Património* 4: 51-55.

Sturabotti, Domenico e Romina Surace, eds. 2017. *Museum of the Future: Insights and Reflections from 10 International Museums*. [s.l.]: Symbola Foundation e Mu.Sa project.

Vlachou, Maria. 2015. “[Uma Boa Ideia, Duas Respostas, Algumas Lições.](#)” *Blogue Musing on Culture*, Maio 11.

Vlachou, Maria. 2017. “[Quatro Breves Histórias sobre Tecnologia e Inovação \('o que vem depois e sobretudo antes...'\)](#).” *Blogue Musing on Culture*, Outubro 1.

Compilámos uma lista de dissertações portuguesas produzidas sobre esta temática nos últimos anos. Disponível em:
<http://bit.ly/2EdfZb8>

Novas edições

Emília Ferreira. 2017. *Lisboa em Festa: A Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola, 1882. Antecedentes de um Museu.*

Edição Caleidoscópio e Direção-Geral do Património Cultural, n.º 8, 319 páginas

O livro centra-se no estudo da *Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola*, que se realizou no Palácio Alvor, em Lisboa, em 1882. Dessa exposição viria a nascer, dois anos depois, o *Museu Nacional de Bellas Artes e Archeologia* (actual Museu Nacional de Arte Antiga). Analisa-se a génese da Exposição de 1882, o processo de preparação da mesma até à sua inauguração e encerramento. A exposição terá sido vista por várias dezenas de milhar de visitantes, podendo ser considerada como o primeiro sucesso massivo de público em Portugal. Esta publicação resulta da tese de doutoramento da autora na Universidade Nova de Lisboa em 2010.

EMÍLIA FERREIRA

ANTECEDENTES DE UM

MUSEU

LISBOA EM FESTA

A EXPOSIÇÃO RETROSPECTIVA
DE ARTE ORNAMENTAL PORTUGUESA
E ESPANHOLA, 1882

ca ef
dosc
op o

PATRIMÓNIO
CULTURAL

Paula Menino Homem, Luciana Hees e Marlene Rocha, eds. 2017. *Ensaio e Práticas em Museologia*, 6.

Edição Universidade do Porto, 117 páginas, [online](#)

O sexto volume de *Ensaio e Práticas em Museologia* resulta de uma selecção de comunicações apresentadas no Seminário de Jovens Investigadores *Património, Museus e Desenvolvimento*, realizado na Faculdade de Letras na Universidade do Porto (30-31 de Maio de 2016) e no âmbito do mestrado em Museologia. Coube aos alunos a organização e produção do seminário, com o apoio dos professores. Esta edição reúne oito artigos, que no seu conjunto pretendem «potenciar a partilha de [...] conhecimentos, [mas] não reflete[m] plenamente a globalidade do seminário. Antes, é [o] fruto de uma selecção, conduzida por circunstâncias particulares de vida e pela ação da equipa de revisão científica» (p. VI).



Antonia Silvaggi e Frederica Pesce, eds.
2017. *The Museum Professionals in the Digital Era: Agents of Change and Innovation*.
Edição Mu.Sa – *Museum Sector Alliance*, 73 páginas, impresso e [online](#)

Como é que os museus têm respondido aos desafios das tecnologias e do mundo digital? Que competências digitais são necessárias para capacitar os profissionais no processo de transformação digital dos museus? Que novos perfis de trabalho se identificam nesta área? Estas foram algumas das questões colocadas a 81 especialistas (Grécia, Itália e Portugal) durante a primeira fase do projecto Mu.Sa, que decorreu entre Dezembro de 2016 e Março de 2017. Esta publicação sintetiza os primeiros resultados da investigação desenvolvida. O projecto Mu.Sa (2016-2019) tem como objectivo conceber um conjunto de ferramentas educativas que promovam o desenvolvimento de competências digitais nos profissionais de museus. O projecto tem o financiamento da Comissão Europeia através do programa Erasmus +. O ICOM Portugal é um 12 dos parceiros deste consórcio liderado pela Hellenic Open University (Grécia).



Maria da Luz Sampaio. 2017. *Da Fábrica ao Museu. Identificação, Patrimonialização e Difusão da Cultura Técnico-industrial*.

Edição Caleidoscópio e Direção-Geral do Património Cultural, n.º 9, 376 páginas

Esta publicação apresenta uma reflexão em torno do património industrial móvel, ou seja, dos acervos compostos por maquinaria, utensílios, instrumentos de precisão, peças de reposição, manuais, catálogos e revistas técnicas, em particular as colecções técnico-industriais. O livro aponta caminhos metodológicos para o seu estudo e conhecimento, e para promover a sua valorização e salvaguarda. Pretende ir mais longe, buscando novas abordagens que colocam o objecto como ponto de partida para o estudo da cultura material e o tornam uma fonte para a história da técnica e da indústria, funcionando como um documento que se cruza com outras fontes. Resulta da tese de doutoramento da autora na Universidade de Évora em 2015.



Maria João Vilhena de Carvalho. 2018. *A Constituição de uma Coleção Nacional. As Esculturas de Ernesto Vilhena.*

Edição Caleidoscópio e Direção-Geral do Património Cultural, n.º 10, 487 páginas

O livro tem como objecto de estudo a colecção Vilhena de escultura do Museu Nacional de Arte Antiga. É analisado o papel do coleccionador Ernesto Jardim de Vilhena (1876-1967) na formação da colecção, considerado o mais importante coleccionador de arte em Portugal na primeira metade do século XX. Com uma «fortuna adquirida na gestão colonial, [Ernesto Jardim de Vilhena] dedicou toda a energia a construir o programa científico de uma «empresa colecionista» com o objetivo de criar «um feito memorável para Portugal», imbuído do valor de «resgate» da sua história, desenvolvendo um método que o diferenciou dos outros coleccionadores por refletir o seu singular entendimento da história da escultura e do património nacionais» (sinopse). A autora traça o percurso desta colecção de escultura incorporada no museu em 1969. A publicação resulta da tese de doutoramento da autora na Universidade Nova de Lisboa em 2014.

MARIA JOÃO VILHENA DE CARVALHO

A CONSTITUIÇÃO DE UMA
COLEÇÃO
NACIONAL

AS ESCULTURAS DE ERNESTO VILHENA

ICOM
Caleidoscópio
Sé. III

PATRIMÓNIO
CULTURAL

The Museum International: Museums and Cultural Landscapes. 2017

Edição International Council for Museums e Blackwell Publishing, vol. 69, n.º 273-274, 175 páginas

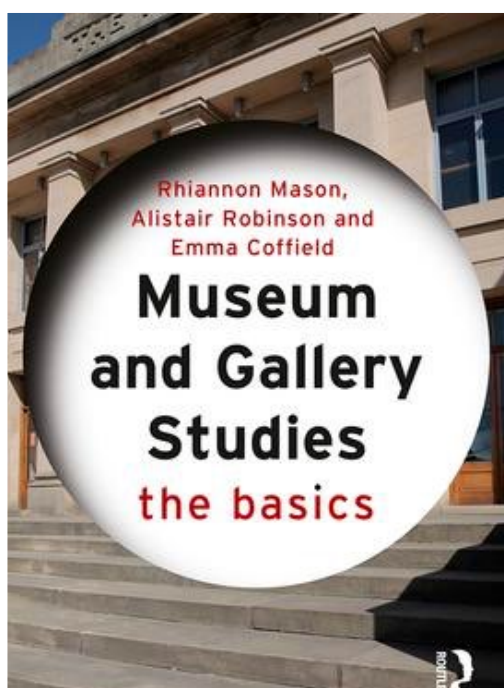
O mais recente número da revista *Museum International* inaugura um novo formato e grafismo. Além disso conta com uma nova comissão editorial para os próximos três anos. O enfoque no tema museus e paisagens culturais vem no seguimento da conferência-geral do ICOM, que se realizou em 2016 em Milão. O tema foi proposto para estimular a reflexão sobre o papel dos museus na sua relação com o meio envolvente e a ligação intrínseca ao património material e imaterial. A Resolução que resultou da assembleia-geral do ICOM em Milão recomenda que os museus alarguem as suas responsabilidades para a gestão e protecção das paisagens culturais nas suas cidades, vilas e comunidades. Os 15 artigos incluídos neste número resultam de investigação e ilustram estudos de caso que demonstram como os museus podem desenvolver e capitalizar um papel mais comprometido com as paisagens culturais.



Rhiannon Mason, Alistair Robinson e Emma Coffield. 2018. *Museum and Gallery Studies: The Basics*.

Edição Routledge, 236 páginas

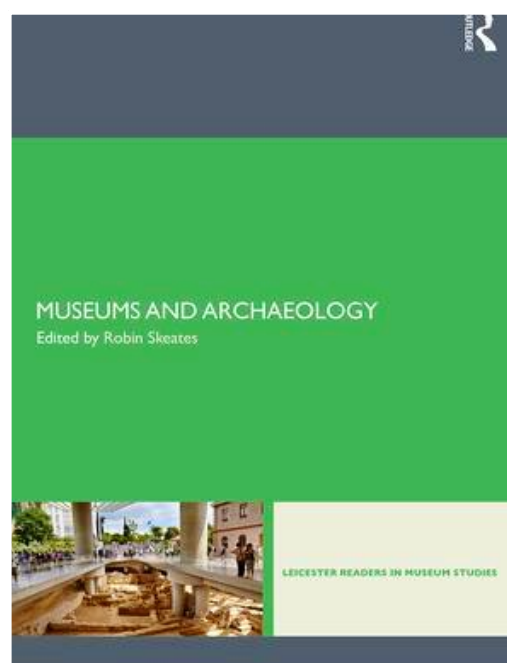
Este livro assume-se como um guia, escrito de forma acessível e dirigido sobretudo a estudantes que abordam pela primeira vez a museologia. Apresenta um enquadramento geral sobre este campo de estudo e trabalho, no qual se abordam questões-chave da museologia contemporânea, procurando um equilíbrio entre teoria e prática. São abordados tópicos como o conceito de museu, a formação de colecções e respectivos critérios, o financiamento dos museus e a ética. O livro atenta ainda sobre o modo como o campo dos museus tem evoluído. Organiza-se em seis capítulos: *First principles; Collecting and collections; Visitors and audiences; The business of culture; Display, interpretation and learning; e Looking forward*. Pode ser um livro útil tanto para estudantes como para outros interessados em explorar o modo como os museus se organizam e funcionam.



Robin Skeates, ed. 2017. *Museums and Archaeology*

Edição Routledge, 662 páginas

A publicação centra-se na relação entre museus e arqueologia, e integra a colecção *Leicester Readers in Museum Studies*. O volume apresenta uma selecção de vários estudos, de várias partes do mundo, situando a temática do ponto de vista teórico e prático. Organiza-se em três secções centrais: 1) *Archeological collections*; 2) *Archaeology, ethics and the law*; 3) *Interpreting the archaeological past*. Inclui uma substancial introdução inicial que contextualiza o tema, dando conta das várias tensões entre os “princípios” idealistas e a “prática” da vida quotidiana (*real life ‘practice’* – no original), identificando os debates subjacentes a estas questões. Além disso, as três secções elencadas são igualmente precedidas de introduções que oferecem um panorama que situa e problematiza as questões levantadas. O livro pode interessar a estudantes, profissionais de museus, investigadores e a todos os que trabalham com colecções arqueológicas.



Agenda

Conferências, encontros, debates

Nacional

Reunião aberta do Grupo de Trabalho de Sistemas de Informação em Museus (GT-SIM) | 3 de Março

Org. GT-SIM | Lisboa

Este encontro pretende reflectir sobre o que preocupa os profissionais de informação nos museus portugueses. Como é que o grupo de trabalho como GT-SIM pode contribuir para um melhor desempenho profissional? A entrada é livre e realiza-se pelas 15h do dia 3 de Março na sede da BAD (Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas), na Rua Morais Soares 43 C - 1.º D (Lisboa).

Jornadas Primavera ICOM Portugal

Museus Hiperconectados: Novos Desafios e Perspectivas | 5 de Março

Org. ICOM Portugal | Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa

Estas Jornadas assinalam o tema do Dia Internacional de Museus para 2018. Pretende-se aprofundar a reflexão sobre como poderão os museus estimular e desenvolver novas, mais complexas e diversificadas conexões, numa perspectiva de pluralidade de ligações às comunidades

locais e globais. Graças não só às tecnologias mas também na aposta de um maior incremento e proactividade no seu relacionamento humano, os museus podem alcançar muito mais que os seus públicos habituais e encontrar novos públicos. No mesmo dia realiza-se, pelas 15h, a assembleia-geral ordinária do ICOM Portugal. Mais informações: <http://icom-portugal.org>

Jornadas Técnicas *Novos Modelos de Gestão do Património* | 9–10 de Março

Org. Direção Regional de Cultura do Norte | Casa Allen (Porto) e Mosteiro de Arouca (Arouca)

Estas Jornadas pretendem debater temas transversais a museus, sítios arqueológicos e monumentos (interpretação e comunicação do património, utilização de novas tecnologias, acessibilidades, serviços educativos e projectos em rede); património urbano e cidade consolidada (inventariação e classificação; definição e gestão de zonas de protecção; critérios e metodologias de intervenção); património no território e gestão do património cultural em rede. Mais informações: <http://culturanorte.gov.pt>

Jornadas Restauro, Valorização e Educação Patrimonial | 10 de Março

Org. ARP | Museu Diocesano de Santa-rém

A ARP (Associação Profissional de Conservadores-restauradores de Portugal) juntamente com a associação congénere espanhola promove estas jornadas que têm como tema específico a reflexão em torno do papel da conservação e restauro e dos seus profissionais nos projectos de valorização e educação patrimonial. Pretende-se igualmente apresentar alguns projectos portugueses e espanhóis que ilustram casos de sucesso em termos de valorização patrimonial. Mais informações: <http://www.arp.org.pt>

Debates Acesso Cultura | Abril-Junho

Org. Acesso Cultura | vários locais

A Acesso Cultura organiza debates abertos aos profissionais do sector cultural e a todas as pessoas interessadas para reflectir em conjunto sobre questões ligadas à acessibilidade – física, social e intelectual. Para os próximos meses estão previstos os seguintes: *Podem as organizações culturais fazer política? Devem?* (17 de Abril); *Quais as barreiras da implementação de boas práticas de acessibilidade?* (19 de Junho). Mais informações: <https://acessocultura.org>

Caixas de Tesouros: Congresso Internacional sobre o Museu Eclético | 24–25 de Maio

Org. Instituto de História da Arte da Universidade Nova de Lisboa | Museu Nacional Soares dos Reis, Porto

O congresso visa, através de uma perspectiva comparativa, reflectir sobre as instituições museais, desde o conceito de museu do século XVIII, até às instituições contemporâneas do Museu Allen, considerando um arco cronológico que vai de Setecentos até meados de Oitocentos, a época por excelência do museu eclético. As propostas de comunicações devem ser enviadas até 10 de Março de 2018. Mais informações: <https://institutodehistoriadaarte.wordpress.com>

Programação Ano Europeu do Património Cultural em Portugal | 2018

Org. Direção-Geral do Património Cultural

A programação para o Ano Europeu do Património cultural é disponibilizada pela Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC) através de um calendário *online*. Encontram-se já previstas mais de 300 iniciativas em Portugal. Entre estas destaca-se a conferência *Património Cultural – Desafios XXI*, organizada pela DGPC, em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian que terá lugar nos dias 25 e 26 de Outubro, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa. O calendário permite o carregamento de eventos relacionados com esta celebração. Mais informações: <http://anoeuropeu.patrimoniocultural.gov.pt>

internacional

Calendário de eventos do ICOM central

Org. Vários

Consulte o [calendário online](#) do ICOM central sobre as conferências dos próximos meses. Caso seja membro do ICOM pode ainda aceder à [ICOMMUNITY](#), plataforma de partilha entre profissionais, que disponibiliza mais informações sobre a actividade dos comités nacionais e internacionais. Mais informações: <http://icom.museum>

Conferência *Arts Marketing Europe*

2 de Março

Org. Arts Marketing Europe | Amesterdão, Holanda

Esta conferência pretende inspirar os profissionais que trabalham no sector cultural na perspectiva de contribuir para que estes acompanhem o ritmo acelerado das transformações que se operam na área do marketing. Visa ainda identificar e discutir as estratégias que têm sido implementadas pelas organizações culturais para alcançar os seus objectivos de forma bem sucedida. Encontra mais informações em: <https://arts-marketingeurope.com>

Interpret Europe Conference: Heritage and Identity

23–26 de Março

Org. Association of Cultural Managers (KÖME) | Kőszeg, Hungria

Esta conferência integra as comemorações do Ano Europeu do Património Cultural 2018. Centra-se sobre as questões da identidade. Inclui conferencistas convidados, comunicações, workshops e visitas de estudo. #iecon18. Encontra mais informações em: <http://www.interpreteuropeconference.net>

6.ª conferência *Meet, See, Do*

18–20 de Abril

Org. Balkan Museum Network | Tessalónica, Grécia

A conferência *Meet, See, Do* realiza-se desde 2013. Foi pensada para a partilha de ideias e conhecimentos entre os profissionais dos Balcãs (mas não só) no sentido de estabelecer parcerias e ligações internacionais. Mais informações: <http://bmuseums.net/meetseeedo>

Conferência anual do European Museum Forum e cerimónia de atribuição do prémio EMYA 2018 | 9–12 de Maio

Org. European Museum Forum | Varsóvia, Polónia

O evento, para além de inúmeros participantes e especialistas, reunirá os profissionais dos museus nomeados e será atribuído o prémio Museu Europeu do Ano (EMYA) de 2018. Estão previstos também *workshops*. Mais informações: <https://europeanforum.museum>

Conferência anual Ecsite *Creative Collisions* | 7–9 de Junho

Org. Ecsite | Natural History Museum of Geneva, Suíça

A Ecsite é uma rede europeia de centros de ciência e museus criada em 1989. Este ano a 29.^a edição da conferência anual da Ecsite realiza-se em Genebra sob o tema *Colisões Criativas*. O argumento é que as “colisões” não são necessariamente destrutivas: podem produzir novos elementos, formas, conhecimento e energias. Neste sentido, o envolvimento com a ciência pode oferecer um espaço único de experimentação com novas colisões criativas entre ciência e sociedade. O conceito é aqui entendido numa perspectiva estimulante que pode ajudar à reinvenção da comunicação, aprendizagem e pensamento crítico. Mais informações: <http://www.ecsite.eu>

European Cultural Heritage Summit

18–24 de Junho

Org. Europa Nostra et al. | Berlim, Alemanha

Este evento tem como mote *Sharing Heritage – Sharing Values* e é reconhecido pela Comissão Europeia como um dos eventos-chave do Ano Europeu do Património Cultural, tendo o apoio do programa Europa Criativa. Mais informações: <http://www.europanos-tra.org>

Formação

Formação da Acesso Cultura

Org. Acesso Cultura | vários locais

Formação sobre *Comunicação Aumentativa: Pessoas com Deficiência Intelectual ou Dificuldades na Expressão Oral*: 29 e 30 de Janeiro, na Biblioteca Palácio Galveias (Lisboa); *Acolhimento e Fidelização de Públicos*: 19 de Fevereiro na Biblioteca Municipal – Fórum Romeu Correia (Almada), e a 5 de Março na Biblioteca Municipal de Gaia; *Serviços Educativos: Pontes de Acesso*: 10-11 de Abril na Casa da Arquitectura (Matosinhos), e 4-5 de Junho no Museu do Aljube (Lisboa); *Comunicação Acessível - Design de Comunicação e Linguagem Simples*: 28 de Maio no Museu da Farmácia (Porto). Mais informações: <https://acessocultura.org/cursos/>

Bolsas IBERMUSEUS de Capacitação

30 de Março 2018

Org. Programa IBERMUSEUS

As Bolsas IBERMUSEUS de Capacitação destinam-se a profissionais de museus e de entidades governamentais dos 12 países membros do Conselho Intergovernamental do Programa IBERMUSEUS, entre os quais Portugal. As bolsas destinam-se a atividades de curta duração (2 a 5 dias), tais como cursos, *workshops*, seminários e congressos, realizados ou apoiados por instituições governamentais responsáveis pelas políticas públicas para museus dos 22 países ibero-americanos: Andorra, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Mais informações: <http://www.bermuseum.org>

Strategic Planning for Heritage Managers workshop

2-4 de Maio

Org. The Heritage Management Organization | Elefsina, Grécia

Esta organização promove no âmbito das suas actividades vários workshops dirigidos a gestores do património. Este workshop é sobre planeamento estratégico, sendo ministrado por Alexandros Papalexandris, que além da sua actividade académica tem 15 anos de experiência na área do desenvolvimento estratégico e implementação. Mais informações: <http://www.inherity.org>

Chamada para propostas

Call for Papers Collecting: Modus Operandi, 1900-1950

Prazo limite: 15 de Março

Org. Fundação Calouste Gulbenkian

A Fundação Calouste Gulbenkian procura propostas de comunicações (20-30 min.) para a conferência *Collecting: modus operandi, 1900-1950* que se irá realizar entre 14 e 16 de Fevereiro de 2019. Encontra mais informações sobre o enquadramento da conferência e sobre a abrangência de tópicos para a submissão de propostas em: <https://gulbenkian.pt>

Prémios SOS Azulejo: candidaturas

Prazo limite: 31 de Março

Org. projecto SOS Azulejo

Está aberto o período de candidaturas para a 9.^a edição dos prémios SOS Azulejo. As entidades parceiras do projecto “SOS Azulejo” instituíram os prémios de protecção e valorização do património azulejar português (e/ou de origem/tradição portuguesa) designados “Prémios SOS Azulejo”, cuja atribuição é anual. O júri dos prémios é presidido por Vítor Serrão, como habitualmente. A cerimónia de entrega dos prémios terá lugar no Palácio Fronteira a 24 de maio.

Mais informações: <http://www.sosazulejo.com>

Prémio Acesso Cultura 2018: candidaturas

Prazo limite: 20 de Abril

Org. Acesso Cultura

A Acesso Cultura pretende distinguir, divulgar e promover entidades (privadas, públicas, cooperativas, associações e outras) e projectos que se diferenciam pelo desenvolvimento de políticas exemplares e de boas práticas na promoção da melhoria das condições de acesso – nomeadamente físico, social e intelectual – aos espaços culturais e à oferta cultural, em Portugal. Pretende ainda criar exigência junto dos públicos, com vista à melhoria da acessibilidade, assumida como um todo. Mais informações: <https://acesso-cultura.org>

Colabore com o ICOM Portugal

O próximo boletim (Junho) será enquadrado nas propostas de reflexão lançadas pelo Ano Europeu do Património Cultural 2018. Caso queira sugerir conteúdos contacte-nos através do email:

boletim.icom.pt@gmail.com (Ana Carvalho) até 6 de Abril.

Temos também uma nova secção no boletim: *Opinião dos Membros*.

Participem!

Ainda não é membro do ICOM?

Saiba como em: <http://icom-portugal.org>

Já conhece a página de Facebook do ICOM Portugal?

Visite, comente e partilhe conteúdos em:

<https://www.facebook.com/icomportugal>



18 maio
2018

**< DIA INTERNACIONAL
DOS MUSEUS >**

**Museus Hiperconectados
Novas abordagens, novos públicos**

ICOM international
council
of museums

www.icom.museum



@ICOMofficial